

Programa de Investigación Sobre el
Movimiento de la Sociedad Argentina

Documento de Trabajo nº

Movimiento operario e sindical no Brasil e na Argentina: apontamentos para uma análise comparativa

Davisson C. C. de Souza

O objetivo deste artigo é apontar alguns elementos importantes para a construção de uma análise comparativa do movimento operário e sindical no Brasil e na Argentina.¹ Para construir esse quadro, levei em conta alguns indicadores da estrutura social e da correlação de forças presentes nas duas formações sociais. O argumento central do trabalho é de que, ao longo de sua trajetória, a classe operária de ambos os países desenvolveram diferentes tradições de luta, constituídas por meio de distintas experiências de organização e luta de sua classe trabalhadora. De acordo com o marco teórico aqui adotado, essas tradições não se explicam somente pela composição das diferentes correntes ideológicas, mas é parte constitutiva do processo histórico de construção social e cultural de formação da classe e da luta de classes.²

O texto está dividido em quatro itens. No primeiro, tratarei da estrutura econômica do Brasil e da Argentina e sua relação com o processo de formação da classe operária e do movimento sindical ao longo do século XX. Destacarei alguns elementos que considero essenciais para a análise do desenvolvimento do capitalismo nos dois países, tais como a herança colonial, o fluxo migratório, a estrutura demográfica, a produção industrial, a estrutura do mercado de trabalho e a composição dos grupos sociais fundamentais.

Em seguida, tratarei da estrutura jurídico-política e da organização

¹ Este trabalho apresenta parte dos resultados de minha tese de doutorado intitulada, defendida na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Profa. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins. SOUZA, Davisson C. C. Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), São Paulo, 2010.

² Cf. Thompson, E. P.; A formação da classe operária inglesa (tomos I, II e III). 3ª. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

sindical das duas formações. Para estudar essa questão foi fundamental refletir sobre o papel do Estado e os fundamentos dos principais regimes políticos implantados nas duas formações, bem como sua relação com o bloco no poder hegemônico em cada fase histórica destacada. Darei especial atenção para o papel do peronismo na Argentina e do varguismo no Brasil, pois se trata, em cada caso, do momento de edificação e consolidação da estrutura sindical oficial. Revisitarei as formulações de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, segundo os quais esse processo se consolidou no Brasil «de cima para baixo», sem experiências de luta prévias, e na Argentina «de baixo para cima», ao partir de um considerável acúmulo de organização da classe trabalhadora. A essa análise contraporei a tese do «mito da outorga» de Evaristo de Moraes Filho para, ao final, problematizar se é possível considerar essas interpretações no contexto comparativo. Com base nesse diálogo histórico, analisarei as especificidades do Aparelho Ideológico de Estado sindical e sua relação com a ideologia estatal e os modelos de corporativismo que vigoraram em ambas as formações.

No terceiro item, tratarei das experiências de luta do movimento operário e sindical no Brasil e na Argentina. Farei referência ainda aos principais marcos da organização dos trabalhadores nos dois países, considerando sua fisionomia, formas e instrumentos de luta, posicionamentos e representações ideológicas, assim como sua relação com os elementos centrais da estrutura sindical. O principal argumento dessa parte é de que o protagonismo exercido pelo movimento operário argentino, relacionado a seu desenvolvimento industrial «precoce» no contexto latino-americano, marcou profundamente o peso da classe trabalhadora nesse país. Ao contrário, no Brasil, a consolidação «tardia» do movimento sindical de massas é a expressão de uma trajetória marcada por sua descontinuidade e pela convivência constante com lutas no campo, dado o peso de sua população rural e a tradição de luta no campo presente no país. Também terá destaque na análise o papel das ditaduras militares para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e argentino. Atentarei para a constituição da hegemonia do capital financeiro na Argentina a partir de 1976 e o projeto estatal de desenvolvimento capitalista no Brasil a partir dos anos 1960. Esse

processo foi marcado, do ponto de vista econômico e da mobilização operária, por dois momentos distintos. Enquanto o Brasil se encontrou com seu «milagre econômico», a Argentina conhece um período prolongado de estagnação. Durante os anos de ditadura militar, a repressão no Brasil retardou a consolidação de um movimento operário, popular e sindical de massa. Na Argentina, o genocídio levado a cabo pelos militares reprimiu um movimento que naquele momento se encontrava em um momento de ascensão. A partir dos elementos trabalhados ao longo do texto, procurarei elaborar uma proposta analítica acerca das principais tradições de luta do movimento operário e sindical em ambas as formações.

Estrutura econômica

Do ponto de vista de sua inserção no processo de constituição do capitalismo mundial, Brasil e Argentina possuem o mesmo *sentido histórico*³, pois ambos cumpriram a função de fornecedores de produtos primários para a acumulação primitiva do capital. Esse elemento estruturou os laços fundamentais da subordinação de ambos aos interesses dos países capitalistas centrais, o que os caracterizam naquele momento como formações pré-capitalistas de tipo dependente⁴. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o passado colonial de mais de três séculos trouxe, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, o problema crônico da dependência externa, notavelmente na questão da capacidade de modernização tecnológica. No século XX, ambos passaram por uma industrialização «tardia» (em relação ao centro da economia capitalista) baseada no modelo de substituição de importações, ainda que esse processo tenha se dado em etapas diferentes nos dois países. No entanto, apesar dessas similitudes mais gerais, é nas diferenças que me apoiarei para construir os elementos centrais da análise.

O desenvolvimento do capitalismo e a formação da classe operária

³ Prado Jr. Caio; Formação do Brasil contemporâneo; São Paulo, Publifolha/Brasiliense, 2000.

⁴ Cardoso, F. H., Faletto, E.; Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica; Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. Fernandes, Florestan; A revolução burguesa no Brasil; Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975. Furtado, Celso; Formação Econômica do Brasil; São Paulo; Publifolha, 2000.

no Brasil e na Argentina possuem trajetórias bem distintas. Para refletir sobre o tema, é necessário fazer uma aproximação dos elementos que compõem a estrutura econômica de ambos. Partirei da análise da fisionomia e da evolução demográfica e suas implicações políticas e ideológicas para o movimento da classe trabalhadora. Atualmente, o território brasileiro é de 8.514.876,599km² e o argentino, de 2.780.400km², o que significa que o Brasil é aproximadamente três vezes maior que a Argentina. Antes do início da imigração européia pela qual passaram os dois países, o número de habitantes do Brasil era aproximadamente 5.5 vezes maior que o da Argentina. Essa diferença pode ser atribuída, entre outros fatores, à intensidade do comércio de negros oriundos da África para trabalhar como escravos no território brasileiro após o extermínio das sociedades pré-coloniais⁵. A atividade econômica argentina durante o período colonial não dependeu da importação massiva de força de trabalho escrava como no caso brasileiro.

De 1890 às primeiras décadas do século XX, a diferença populacional entre os países diminuiu, passando a oscilar entre 3 a 3.5 vezes. Este período coincidiu com o início do fluxo de imigrantes europeus para a América, processo que foi mais intenso na Argentina do que no Brasil, em números absolutos e relativos. Essa proporção foi mantida até a década de 1960, quando se acelerou o processo de urbanização e industrialização brasileira, e sua população em relação à Argentina se estabilizou em mais de quatro vezes superior para atingir, segundo as estimativas do censo populacional de 2008, a cifra de quase 4.8 vezes maior. Em resumo, para comparar os dois países deve-se ter conta, primeiramente, essa diferença primordial: o Brasil possui um território três vezes maior e uma população historicamente de três a cinco vezes superior à da Argentina (*ver Tabela 1*).

Tabela 1: População total no Brasil e na Argentina (1872-2000)

	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960
Brasil	9.930.478	14.333.434	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.191.370

continúa en pág. siguiente

⁵ Ver Maestri, Mário; O Escravidão no Brasil; São Paulo, Atual Editora, 1994. Maestri, Mário; Terra do Brasil: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá; São Paulo; Moderna, 1993.

	1869	1895	1914	1947	1960
Argentina⁶	1.800.000	4.044.911	7.903.662	15.893.811	20.013.793
	1970	1980	1991	2000	Est. 2008
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	189.985.135
	1970	1980	1991	2001	Est. 2008
Argentina	23.364.431	27.949.480	32.615.528	36.260.130	39.745.613

Fontes: IBGE (Brasil) e Indec (Argentina).

Considerando a distribuição geográfica da população entre o campo e a cidade, também são notórias as diferenças. Desde o final do século XIX, mais da metade dos habitantes da Argentina já era composta por *proletários e semiproletários*. Nessa época o país já contava com um significativo desenvolvimento industrial e nas primeiras décadas do século XX sua população passou a ser majoritariamente urbana. Por tais motivos, pode-se afirmar que o capitalismo argentino teve um desenvolvimento «precoce» em relação aos outros países da América Latina⁷. No mesmo período, o Brasil também iniciou sua urbanização e industrialização, mas com um menor peso absoluto e relativo em relação ao vizinho. Até a primeira metade do século XX a população do país seguiu sendo predominantemente rural e sua economia, essencialmente agrária, com exceção de algumas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, que concentravam a maior parte dos poucos estabelecimentos industriais do país.

Ao comparar mais detalhadamente a evolução da população urbana e rural das duas formações sociais, as diferenças ficam ainda mais evidentes. Historicamente, a população rural brasileira é mais significativa, em números absolutos e relativos. Na Argentina, em 1895 a população urbana somava um terço do total. No Brasil, essa proporção seria atingida apenas em 1950. Na Argentina, desde o censo de 1914 a população urbana já era maior que a rural. No Brasil, os habitantes da cidade passaram a ser a maioria apenas no censo de 1970. Na

⁶ Segundo dados citados por Mario Rapoport (*Historia económica, política y social de la Argentina*; Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003., p. 29-30) a população na Argentina entre 1880 e 1914 era de 2.492.866, em 1880, 3.377.780, em 1890, 4.607.341, em 1900, 6.586.022, em 1910 e 7.784.644, em 1914.

⁷ Iñigo Carrera, N.; «El desarrollo del capitalismo argentino y la clase obrera: 1975-2005»; en *Cuadernos de cultura*, e n. 2, pp. 70-85, 2006, p. 71.

Argentina, a população camponesa era de mais de um terço em 1947, cerca de um quarto em 1960 e menos de um quinto em 1980. No Brasil, essas cifras seriam semelhantes, respectivamente, nos censos de 1980, 1991 e 2000. Apesar de que essa diferença seja cada vez menor, permanece bastante acentuada até os dias de hoje, já que a população no campo contabilizada no último censo foi de 10.5% na Argentina e 18.77% no Brasil (ver Tabela 2). Em números absolutos, essa dessemelhança fica ainda mais evidente. Até o censo de 1991 a população brasileira no campo era maior do que o total de habitantes da Argentina. Em 2001, mesmo que tenha diminuído a população rural do Brasil, seu número absoluto segue sendo oito vezes maior que seu equivalente argentino (ver Tabela 3)⁸

Tabela 2: População urbana e rural no Brasil e na Argentina (1895-2001)

	Anos	1895	1914	1947		1960
Argentina	População urbana	37,4	52,7	62,5		73,7
	População rural	62,6	47,3	37,5		26,3
	Anos	-	-	1940	1950	1960
Brasil	População urbana	-	-	30,24	36,16	45,08
	População rural	-	-	69,76	63,84	54,92
		1970	1980	1991	-	2001
Argentina	População urbana	79,0	83,0	87,2	-	89,5
	População rural	21,0	17,0	12,8	-	10,5
	Anos	1970	1980	1991	2000	-
Brasil	População urbana	55,94	67,59	75,59	81,23	-
	População rural	44,06	32,41	24,41	18,77	-

Fontes: - Argentina (1895-1980): (1) *Anuarios Estadísticos de la República Argentina 1981-82* y (2) *Censos Nacionales de Población* (1895, 1914, 1947, 1960, 1970, 1980) apud Carrera y Podestá (1987); 1991 y 2001: Elaboração própria a partir de *Indec, Censos Nacionales de Población 1991 y 2001*.
- Brasil (1940-2000): IBGE, *Censo Demográfico* de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

⁸ É necessário esclarecer que os critérios para definir população rural e urbana no Brasil e na Argentina possuem algumas diferenças. Porém, não entrarei na polêmica acerca dessas definições, já que os dados apresentados são utilizados apenas como um indicativo geral.

Tabela 3: População urbana e rural no Brasil e na Argentina (1991-2000)

		1991	2000/2001
Brasil	Pop. Urbana	110.990.990	137.925.238
	Pop. Rural	35.834.485	31.947.618
Argentina	Pop. Urbana	28.436.110	32.431.950
	Pop. Rural	4.179.418	3.828.180
Diferença	Pop. Urbana	3,90	4,25
	Pop. Rural	8,57	8,34

Fontes: IBGE (Brasil) e Indec (Argentina).

Com base nesses dados, pode-se afirmar que enquanto a Argentina é um país urbano desde o início do século XX, o Brasil passou de uma situação tradicionalmente agrária nas primeiras décadas desse século para a convivência com uma dupla identidade entre o campo e a cidade. Essas características demográficas possuem significados econômicos, políticos, ideológicos e culturais marcantes nos dois países. Um dos argumentos deste trabalho é de que esse é um dos principais elementos explicativos do maior peso que o movimento operário e a organização sindical adquiriram na Argentina em relação ao Brasil. Aprofundarei essa formulação mais adiante.

Ainda sobre as características populacionais, vale a pena destacar com mais detalhes o significado do processo migratório em ambas as formações sociais. Como já ressaltai, a imigração européia foi mais significativa na Argentina do que no Brasil. Segundo dados citados por Mario Rapoport⁹ entre 1861 e 1920, enquanto o Brasil recebeu cerca de 3.4 milhões de imigrantes, a Argentina recebeu 4.8 milhões (ver Tabela 4). Pensando nas diferenças demográficas já destacadas, pode-se observar que se trata de processos bem distintos em números relativos. De acordo com Devoto e Fausto¹⁰, o censo de 1920 mostrou que pouco mais de 5% da população total brasileira era representada por estrangeiros. Ainda segundo os autores, esses representavam 18% da população do Estado de São Paulo, 35% da capital paulista e 15% do Rio

⁹ Rapoport, Mario; *Historia económica, política y social de la Argentina*; Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003.

¹⁰ Devoto, Fernando J. e Fausto, Boris; *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*; São Paulo, Ed. 34, 2004, p. 178.

de Janeiro, a capital da República na época. Na Argentina, de acordo com Rapoport¹¹, a população de imigrantes havia passado de 12.1%, em 1869, a cerca de um quarto, em 1895, atingindo quase 30%, em 1914 (ver Tabela 5). No caso brasileiro a chegada de imigrantes, especialmente europeus, teve grande repercussão apenas em São Paulo. No entanto, se comparamos o total de sua população com a de Buenos Aires entre 1886 e 1936, verifica-se que a proporção de estrangeiros da capital argentina era bem maior do que a da capital paulista. Quando a população estrangeira em São Paulo ultrapassou os 200 mil, em 1920, esta significava pouco mais de um terço de seus quase 580 mil habitantes. Em 1914, a população imigrante de Buenos Aires era de praticamente a metade do total da cidade, que na época contava mais de 1.5 milhões de habitantes (ver Tabela 6).

Tabela 4: Imigrantes no Brasil e na Argentina (1861-1920) (em milhares)

	1861-1920	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920
Argentina	4.879	160	261	841	648	1.764	1.205
Brasil	3.481	98	219	531	1.144	691	798

Fonte: Rapoport (*op. cit.*; p. 43).

Tabela 5: População total, de estrangeiros, rural e urbana na Argentina (1869-1914)

Censo	Argentinos	%	Estrangeiros	%	Pop. rural	%	Pop. urbana	%	Total
1869	1.526.734	87,9	210.292	12,1	1.164.026	67,0	573.000	33,0	1.737.026
1895	2.950.384	74,6	1.004.527	25,4	2.294.000	58,0	1.661.000	42,0	3.954.911
1914	5.527.285	70,2	2.357.952	29,8	3.312.000	42,0	4.573.000	58,0	7.885.237

Fonte: Rapoport (2003, p. 45).

¹¹ Rapoport M.; *op. cit.* p. 45.

Tabela 6: População total e estrangeira em São Paulo e Buenos Aires (1886-1936)

	São Paulo			
	1886	1890	1920	1934
Total	47.697	64.934	579.033	1.033.202
Estrangeiros	12.990 (26%)	35.454 (55%)	205.245 (35%)	289.058 (28%)
	Buenos Aires			
	1887	1895	1914	1936
Total	432.661	663.854	1.560.986	2.145.142
Estrangeiros	128.167 (30%)	345.493 (52%)	766.156 (49%)	869.451 (36%)

Fonte: Devoto e Fausto (*op. cit.*; p. 179).

Além do menor peso da população urbana e estrangeira, outra característica demográfica importante do Brasil é a maior dispersão territorial de sua população e a maior quantidade de centros urbanos de importância regional. Desde o período colonial a ocupação do território argentino foi marcada pelo protagonismo da zona portuária em que se formou Buenos Aires, que concentrou desde então o papel de centro político e econômico. Posteriormente, esta também foi a principal região receptora de imigração européia e promotora do processo de industrialização do país a partir do final do século XIX.

Nos primeiros séculos de colonização, o Brasil se caracterizou pelo povoamento ao longo do litoral, formando diferentes centros econômicos ao longo de sua história. Durante esse período, Recife e Salvador, esta última a capital da colônia, desempenharam esse papel durante o ciclo econômico da cana de açúcar. A partir do crescimento da exploração aurífera no século XVIII, em Minas Gerais, cresceu a importância do centro sul. No fim desse século, o Rio de Janeiro se tornou a capital do país. No entanto, desde que assumiu a liderança da produção de café na segunda metade do século XIX, São Paulo passou a ter um papel importante, o que se aprofundou ao se tornar o principal núcleo impulsor da industrialização brasileira a partir das primeiras décadas do século XX. No auge desse processo, na década de 1960, a capital se mudou para Brasília, uma cidade planejada para ser o símbolo da modernização do país. Além dos municípios citados, o Brasil se caracterizou pela existência

de grandes centros urbanos regionais que tiveram um crescimento acelerado durante a segunda metade do século XX (Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Belém, Manaus, Fortaleza, entre outras).

De acordo com o censo de 2001, a Argentina conta com apenas duas cidades com mais de um milhão de habitantes, seis com mais de 500 mil e nove com mais de 300 mil. Segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2007 o Brasil possui, respectivamente, 14, 37 e 81 municípios com essas características. No caso argentino, deve-se levar em conta ainda que a província de Buenos Aires possui aproximadamente metade da população do país e a região metropolitana da capital federal conta historicamente com um terço do total de seus habitantes.

Apesar da diferença populacional histórica entre os dois países, o Produto Interno Bruto (PIB)¹² argentino foi superior ao brasileiro até 1950, quando o Brasil ultrapassou a Argentina pela primeira vez, estabilizando-se a um nível de no mínimo duas vezes maior a partir da década de 1970, e de pelo menos três vezes superior a partir da década de 1980, quando atingiu seu patamar máximo de quatro vezes (ver Tabelas 7 e 8). Como observa Rapoport¹³ a partir desse período apenas a economia do Estado de São Paulo, com uma população semelhante, passou a corresponder ao dobro da Argentina. Atualmente, o PIB brasileiro é o nono maior do mundo, (US\$1.981 trilhões, segundo a estimativa do IBGE para o ano de 2008). O argentino ocupa a vigésima terceira posição mundial (US\$523.7 bilhões, segundo estimativa do Indec¹⁴ de 2007), sendo cerca de 3.5 vezes menor que o do Brasil.

Tabela 7: PIB do Brasil e da Argentina (1900-1935)
(em milhões de dólares)

	1900	1910	1925	1935
Argentina	12.932	26.125	40.597	51.524
Brasil	12.668	17.672	29.724	43.226

Fonte: (Devoto e Fausto, *op. cit.*; p. 151).

¹² Apesar de sua insuficiência para demonstrar o grau de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas, tomo os dados do PIB como um indicador aproximativo do volume de capital em circulação.

¹³ Rapoport; *op. cit.*; pp. 1068-1069.

¹⁴Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.

Tabela 8: PIB do Brasil e da Argentina (1960-2008)
(em milhões de dólares)

	1960	1983	2008 (estimativa)	2007 (estimativa)
Argentina	35.000	63.000	-	523.700
Brasil	59.000	230.000	1.981.000	-

Fonte: 1960 e 1983: Rapoport (*op. cit.*; p. 1057); Brasil (2008): IBGE; Argentina (2008): Indec.

Esse processo possui uma relação direta com o crescimento acelerado da produção industrial pelo qual passou o Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 em comparação com a industrialização na Argentina, que foi mais gradual. Esse elemento pode ser atestado pela média de crescimento do PIB nas duas formações sociais. De acordo com dados citados por Rapoport¹⁵, enquanto o Brasil cresceu 7.3% por ano entre 1959 e 1973, a Argentina teve um crescimento médio de 3.8% no mesmo período. Em seguida, de 1973 a 1983, enquanto o PIB argentino apresentou uma média de crescimento de apenas 0.6%, o do Brasil aumentou com uma taxa anual de 4.5%. Os fatores políticos explicativos dessas diferenças serão explorados mais adiante. Destaco preliminarmente o papel da ditadura militar brasileira (1964-1985), que impulsionou o desenvolvimento interno da indústria capitalista, com endividamento externo e investimento estatal nos setores estratégicos, criando as condições necessárias para a expansão da acumulação de capital no país. Sua similar argentina (1976-1983) apresentou como principal característica a política econômica favorável à constituição da hegemonia do capital financeiro imperialista, o que se evidenciou em sua adesão precoce às políticas neoliberais.

Esses dados levam a uma conclusão importante sobre as diferenças presentes na evolução do capitalismo nos dois países. A Argentina teve um desenvolvimento precoce no início do século XX, tendo esgotado sua capacidade de expansão nos anos 1970. O Brasil teve um desenvolvimento posterior, porém acelerado, e este processo ainda não está completamente acabado, já que o país ainda possui espaço para o

¹⁵ Rapoport; *op. cit.*; p. 737.

desenvolvimento das relações capitalistas. Ambos possuem a condição comum de país capitalista dependente, o que limita sua possibilidade de buscar recursos externos explorando outros países. No entanto, no que diz respeito ao alinhamento específico nas relações de forças internacionais, pode-se dizer que o Brasil vem desempenhando nas últimas décadas a função de principal aliado estratégico das necessidades de ampliação do capital imperialista no cone-sul. Essa posição permite à grande burguesia interna¹⁶ de se expandir regionalmente, assumindo um crescente papel *subimperialista*¹⁷. As relações econômicas entre o Brasil e os países sul-americanos, especialmente os do Mercosul, demonstram esse processo.

O Brasil supera a Argentina em todos os dados econômicos consultados, o que demonstra seu maior grau de desenvolvimento e capacidade de expansão das relações capitalistas. A maior evidência desse fator é o maior peso, absoluto e relativo, de indústrias de setores de capital mais concentrado e de alta tecnologia (automobilístico, de aviação, naval, etc.). Ademais, o país possui um influente setor bancário nacional (privado e estatal) e seu mercado acionário é bem superior ao argentino. Também é considerável o maior peso da grande burguesia interna, o que vem permitindo a alguns empresários do país, principalmente a partir da década de 1990, a compra de algumas empresas privatizadas (no setor bancário e industrial) e investimentos, aquisições e fusões no exterior.¹⁸ Apesar do processo de privatizações que se levou a cabo no Brasil, ainda é considerável o peso exercido pelo capital estatal no país. A Petrobrás, empresa mista, é a maior empresa da América Latina em lucro e patrimônio líquidos e é a única do subcontinente que figura entre as cem maiores corporações do mundo. Segundo dados divulgados pela revista chilena *América Economía*, no ano de 2007, entre as 25 maiores empresas latino-americanas em volume de vendas, 11 eram brasileiras,

10 eram mexicanas, duas eram chilenas e apenas uma era argentina, além de uma venezuelana. Entre as 50 maiores, constavam 24 brasileiras, 15 mexicanas, cinco chilenas e apenas quatro argentinas, além de uma venezuelana e uma colombiana.¹⁹

A diferença populacional entre os dois países explica parcialmente o potencial de crescimento de cada um. Nesse sentido, se o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se desse sob as mesmas condições da Argentina, sua economia seria cinco vezes maior. Mas não é, justamente porque o que permite a posição subimperialista do Brasil é, por um lado, a formação de um grande capital interno, e por outro, a existência de uma fonte quase inesgotável de população sobrando, que inclui uma ampla camada que vive na condição de miséria absoluta. Isso é o que permite a superexploração do trabalho existente no país. O alto índice de superpopulação relativa consolidada é uma condição indispensável para o acúmulo de capital em larga escala da grande burguesia brasileira, pois é o que possibilita o rebaixamento do preço da força de trabalho no país. Ao analisar sua estrutura social, verifica-se que é expressivo o contingente que não participa diretamente da atividade econômica e consegue sua sobrevivência somente através do «pauperismo oficial»²⁰ promovido pelo Estado (como no atual Programa Bolsa Família) ou se apropriando de recursos alheios, ou seja, produzidos por outrem (por meio da «caridade», da «esmola», do «lixo urbano» e do «furto»). Essa análise não leva em conta a parcela que compõe o lumpem, ou seja, as pessoas que sobrevivem das chamadas atividades ilícitas e do crime organizado, o que nos daria uma idéia ainda mais acabada da dimensão da superpopulação relativa no país.²¹

Um dado revelador para explicar essas questões é de que apesar de sua superioridade absoluta, o PIB *per capita* brasileiro jamais foi superior ao argentino (*ver Tabela 9*).²² Apesar do processo de

¹⁶ Poulantzas, Nicos; Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista; México, Argentina, Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

¹⁷ Marini, Ruy Mauro; La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo; Cuadernos Políticos, n. 12, abril-junio, 1977.

¹⁸ A Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), empresa petrolífera argentina que teve parte de suas ações compradas pela Petrobrás, a cervejaria Quilmes foi comprada pela empresa brasileira Ambev, e o Banco de Buen Ayre foi adquirido pelo Banco Itaú, a principal instituição financeira privada do Brasil.

¹⁹ Ver www.americaeconomia.com.br/Multimedios/Otros/3206.pdf. Acesso em 30/10/2009.

²⁰ Cf. Marx, K; *O Capital*; São Paulo: Abril Cultural, 1982.

²¹ Essa análise foi inspirada nas formulações de Iñigo Carrera, N.; «Algunos instrumentos para el análisis de las luchas populares en la llamada Historia Reciente» (pp. 77-94); in: Calveiro, P.; Iñigo Carrera, N.; López Maya, M. (Orgs.); Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina; Buenos Aires, Clacso, 2008.

²² Apesar da limitação do conceito de PIB *per capita* para indicar a distribuição da riqueza,

pauperização pelo qual passou a Argentina a partir de fins da década de 70, a situação sócio-econômica média dos habitantes desse país ainda segue melhor do que a do Brasil. Atualmente, o PIB *per capita* brasileiro (US\$10.326, segundo a estimativa do IBGE de 2008), que ocupa a 77^o posição no mundo, é menor que o argentino (US\$13.308, segundo estimativa do Indec para o ano de 2007), 57^o colocada nesse quesito. Esse dado indica que a desigualdade econômica é outra característica marcante das duas formações sociais, embora a mesma seja historicamente mais acentuada no Brasil. Os indicadores sociais que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) avaliado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) podem nos dar uma aproximação do nível de vida médio no Brasil e na Argentina, apesar das limitações dos critérios utilizados em tal medição. No ano de 2007, o IDH da Argentina (0.866) ocupava a 49^o posição mundial. A *esperança de vida* média era de 75.3 anos (59^o), a *mortalidade infantil* de 13.4/mil (98^o mais baixo), e o *índice de alfabetização* era de 97.2% (55^o). O IDH do Brasil nesse mesmo ano era de 0.807 e ocupava a 70^o colocação. A *esperança de vida* média era de 72.4 anos (92^o), a *mortalidade infantil* de 23.6/mil (133^o mais baixo) e *índice de alfabetização* de 90% (90^o).²³

Tabela 9: PIB per capita no Brasil e na Argentina (1965-1985)
(em milhões de dólares de 1985)

	PBI p/c 1965	PBI p/c 1985	2008 (estimativa)	2007 (estimativa)
Argentina	2.144	2.145	-	13.308
Brasil	724	1.755	10.326	-

Fonte: 1965 e 1985: Rapoport; *op. cit.*; p. 610; Brasil (2007): IBGE; Argentina (2008): Indec.

tomo este dado numa perspectiva comparada, e em conjunto com o valor absoluto do PIB, como uma primeira aproximação do nível de concentração de capital e de desigualdade econômica das formações estudadas.

²³ Ainda que durante a década de 2000 várias medições apontem uma redução da pobreza e da desigualdade sócio-econômica no Brasil, as diferenças com a Argentina seguem sendo acentuadas.

Os dados citados e a bibliografia consultada permitem fazer algumas considerações. Em síntese, as diferenças na estrutura econômica do Brasil e da Argentina são marcadas especialmente: (i) pelo maior peso da população urbana no processo de formação do capitalismo argentino, que alcançou patamares significativos desde o início do século XX, enquanto no Brasil a população rural foi majoritária até os anos 1960; (ii) pelo maior peso da população imigrante na Argentina, sendo que no caso brasileiro esse conjunto jamais significou mais de 5% da população total, tendo sido considerável apenas em São Paulo; (iii) pelo processo de industrialização, que no caso argentino foi mais acentuado que o brasileiro na primeira metade do século XX, o que fica evidente nas cifras do PIB desse período; (iv) pelo papel da grande burguesia brasileira, que passou a desempenhar cada vez mais claramente o papel de líder da economia capitalista na América Latina e principal aliada estratégica dos países imperialistas, especialmente dos EUA, desfrutando de algumas brechas deixadas por estes; (v) e pelo maior peso histórico da superpopulação relativa no Brasil. Os índices de informalidade nas relações de trabalho, pobreza e desigualdade econômica, no campo e na cidade, mais acentuados no caso brasileiro do que no argentino, evidenciam o caráter latente da herança do tripé da economia colonial brasileira (escravidão, monocultura exportadora e latifúndio), tal como foi identificado por Caio Prado Jr.²⁴ Apesar dessas diferenças, a condição comum de países capitalistas periféricos de economia industrializada coloca tanto o Brasil como a Argentina diante de amarras estruturais que tornam o seu desenvolvimento econômico um «mito».²⁵ Esse é o ponto de partida para analisar essas formações sociais.

Estrutura jurídico-política e organização sindical

O sindicalismo no Brasil e na Argentina possui a característica comum de serem legitimados juridicamente, até os dias de hoje, pela estrutura sindical erguida na década de 1940. No caso brasileiro, a regulação dos sindicatos está baseada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943 durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Este

²⁴ Prado Jr.; *op. cit.*

²⁵ Furtado, Celso; O mito do desenvolvimento econômico; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

dispositivo legal reúne os principais decretos promulgados desde a Lei de Sindicalização, de 1931, e segue sendo o pilar do sindicalismo oficial no país. De forma semelhante, no caso argentino, a legislação destinada a regular os sindicatos é a *Ley de Asociaciones Profesionales* (LAP), de 1945, promulgada por Perón quando este exercia o cargo de Ministro do Trabalho. Apesar das modificações que sofreram ao longo dos anos, como as alterações na CLT com a Constituição de 1988 e as anulações e reedições da LAP em diversos contextos²⁶, ambas permanecem intactas em seus principais aspectos.

Comparando o contexto da implantação do sindicalismo oficial nos dois países, Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, em seu clássico *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, afirmam que na Argentina a estrutura sindical foi criada em um momento no qual o país já contava com um considerável nível de industrialização e o movimento operário já havia adquirido um alto grau de representatividade. Ao contrário, no Brasil a organização sindical teria sido imposta pelo Estado, sem um acúmulo significativo de lutas prévias do proletariado urbano e industrial²⁷.

Essa formulação foi tomada como um dos argumentos centrais deste trabalho. O que não significa que se pode minizar a história das lutas operárias brasileiras, especialmente antes do golpe de Estado de 1930. Evaristo de Moraes Filho, um dos pioneiros da análise da estrutura do sindicalismo oficial brasileiro, em sua obra *O problema do sindicato único no Brasil*, de 1952, já alertava para esta questão. Ao discorrer sobre a gênese do movimento sindical no país, Moraes Filho se contrapunha ao que chama de «mito da outorga» da legislação trabalhista promulgada durante o governo de Vargas. O autor argumenta que a organização sindical não foi um «presente de Estado» oferecido aos trabalhadores, mas uma concessão do governo varguista em conformidade com seu projeto populista, que incluía cooptar e disciplinar as mobilizações operárias daquele momento.²⁸

²⁶ Para detalhes históricos sobre as mudanças na organização sindical argentina ver Abós, A.; *La columna vertebral: sindicatos y peronismo*; Buenos Aires, Hyspamérica, 1986.

²⁷ Cf. Murmis, Miguel; Portantiero, Juan Carlos; *Estudios sobre los orígenes del peronismo*; Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

²⁸ Moraes Filho, Evaristo de; *O problema do sindicato único no Brasil*; 2. ed.; São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

Ainda que a análise comparativa com a Argentina mostre o baixo peso relativo do movimento operário brasileiro nessa época, deve-se ter em conta que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por importantes ações sindicais protagonizadas por grupos socialistas e anarquistas de origem italiana e espanhola que impulsionavam a organização da classe trabalhadora do país. O auge desse período foi a greve de 1917, originada na tecelagem Matarazzo, em São Paulo, que envolveu 6.000 operários.²⁹ Houve repressão e após a morte de um grevista, a paralisação atingiu 70.000 trabalhadores por mais de um mês em todo o Estado, servindo de exemplo para o surgimento de movimentos grevistas em outras partes do país. Durante o conflito na capital paulista, houve levantamento de barricadas e tiroteios no bairro do Brás. A expansão do movimento operário organizado política e sindicalmente a partir de então foi um dos elementos que motivaram os golpes de Estado de 1930 e de 1937 liderados por Getúlio Vargas.

Para o estudo da história do sindicalismo no Brasil, é necessário levar em consideração essas referências. No entanto, a tese segundo a qual a legislação sindical brasileira foi «imposta de cima e sem lutas prévias» em relação à argentina, «imposta de baixo com lutas prévias»³⁰, ou ainda, de um movimento sindical «de minorias e paraestatal» em relação a outro «de massas e autônomo»³¹, se tomada em um contexto comparativo, pode ser considerado um indicativo do grau de organização e do peso do movimento operário nas duas formações sociais na primeira metade do século XX. No item seguinte, fundamentarei este enunciado com alguns dados, especialmente de greves. Para o objetivo deste momento da exposição, considero importante destacar que a formulação de Murmis e Portantiero ressalta de maneira acertada o caráter autoritário da legislação sindical erguida pelo varguismo, o que marca sua diferença fundamental com o peronismo

²⁹ Esse evento remonta às paralisações generalizadas de 1906 e 1912, que também tiveram o setor têxtil como principal convocadora, tendo sido o marco do ciclo grevista de 1917-1920, que contou ainda com uma greve geral em 1919. Ver Leite, Marcia; *O que é greve*; São Paulo, Brasiliense, 1992.

³⁰ Cf. Murmis, M.; Portantiero, J.C.; op. cit.

³¹ Di Tella, Torcuato S.; «Tendencias recientes en el sindicalismo argentino y brasileño», en: Di Tella, T. S.; Lucchini, C. (orgs.); *Elementos de Sociología*; Buenos Aires: Editorial Biblos, 1997.

quanto ao modelo de relação da classe trabalhadora com o Estado e a classe capitalista. Voltarei a esse ponto mais adiante. Por ora, passarei à análise da estrutura sindical nos dois países.

Apesar da presença comum dos aspectos centrais do corporativismo estatal (reconhecimento jurídico pelo Estado, unicidade e monopólio da arrecadação financeira), há diferenças institucionais marcantes entre o sindicalismo do Brasil e da Argentina, a começar pela maneira como é efetuada a legalização dos sindicatos. No caso brasileiro, a carta de reconhecimento é dada apenas a uma entidade, não podendo haver concorrência em uma mesma base. No caso argentino, a *personería gremial* também é concedida a apenas um sindicato. No entanto, a legislação reconhece outras organizações por meio da *inscripción gremial*.³² Na prática, a unicidade e o monopólio de arrecadação apresentam características semelhantes nos dois casos, pois na Argentina apenas os sindicatos com *personería* podem participar das negociações coletivas nacionais e gerir os recursos oficiais. Vale aclarar também que o imposto sindical brasileiro, correspondente a um dia de trabalho anual, é compulsório e universal, sendo descontado de todos os trabalhadores com registro formal em carteira. Na Argentina, a *cuota sindical* (a contribuição mais próxima ao imposto sindical), ao contrário, é aplicada apenas aos afiliados.

Podemos afirmar que os dois modelos não se enquadram nos critérios de «autonomia e liberdade sindical» definidos pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porém, comparativamente ao Brasil, na Argentina existe maior possibilidade de concorrência sindical e são mais amplos os mecanismos de garantia da Organização no Local de Trabalho (OLT). Além da figura do sindicato «inscrito» e da cobrança restritiva do imposto, o sindicalismo argentino possui incorporado à estrutura organizativa a garantia de um corpo de delegados com estabilidade no emprego, pois a comissão interna é um direito assegurado por lei. Uma empresa de até 50 funcionários pode eleger um delegado; entre 51 e 100, dois delegados; e a partir de 101, um

³² A *personería gremial* é similar à carta de reconhecimento; a *inscripción gremial* é um simples registro no Ministério do Trabalho e não dá à entidade o direito de negociação coletiva, de eleição de delegados e de recolhimento da contribuição sindical estabelecida em lei.

delegado a mais para cada 100 trabalhadores. É importante esclarecer que os dirigentes não são eleitos livremente, pois para pleitear o cargo o candidato deve estar filiado à entidade com *personería*. No Brasil a inexistência de mecanismos semelhantes dificulta a organização da base. Somente a partir de 1988 a OLT passou a ser *permitida*, embora não tenha sido *legalizada*, pois não está incluída na estrutura sindical e não garante por lei a estabilidade de seus representantes.

A formação de centrais sindicais no Brasil esteve proibida desde a promulgação da CLT até a Constituição de 1988, tendo sido legalizada e incorporada à estrutura sindical apenas em 2008, no governo de Lula (2002-2005/2006-atual). Na Argentina essa garantia é concedida à central com *personería* desde a primeira LAP. Outra particularidade do Brasil é que, apesar do monopólio de representação dos sindicatos de base, é permitida a criação de várias centrais sindicais. Na Argentina, assim como nos sindicatos de base, apenas uma central possui a *personería*, apesar da possibilidade de criação de entidades concorrentes simplesmente inscritas.

A central mais antiga do Brasil em atividade é a CUT, fundada em 1983. Na Argentina é a *Confederación General del Trabajo* (CGT), criada em 1930 pela fusão de duas centrais que remontam à *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), de 1901, e à *Unión General de los Trabajadores* (UGT), de 1904. O Brasil possui diversas experiências anteriores de organização em centrais e entidades intersindicais, mas nenhuma foi tão duradoura quanto à de seu par argentino. Por tal motivo, pode-se dizer que o peso histórico da CGT não encontra semelhantes no caso brasileiro. Ademais, esta central possui uma forte ligação com as origens do peronismo, fenômeno político que vem marcando de maneira persistente as relações entre o Estado e a classe trabalhadora no país por mais de seis décadas.

Durante a presidência de Juan Domingo Perón (1946-1955), o sindicalismo foi um de seus principais aliados e a cúpula sindical cegetista participou da direção do governo, não apenas com a pasta do Ministério do Trabalho, mas também com a do Ministério do Interior, o mais importante da época. O debate sobre o significado da ideologia peronista e seus efeitos sobre a política argentina é um tema complexo

e este trabalho não pretende aprofundá-lo. No entanto, é importante destacar algumas de suas características fundamentais. Não se pode entender o peronismo apenas como uma política populista marcada pelo assistencialismo aos pobres e práticas de cooptação da classe trabalhadora, ainda que esses elementos estejam presentes. O elemento crucial no peronismo é que o Estado é identificado não apenas como a instituição responsável por proporcionar a universalização dos direitos sociais e trabalhistas, mas também como o mediador de uma aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores, que vêem o capital industrial como o principal instrumento para a construção de uma força social nacionalista.³³ Nessa relação, os sindicatos são considerados legítimos interlocutores e a ideologia justicialista é reconhecida como a «doutrina essencialmente nacional» que deve substituir as orientações anteriores baseadas em «sistemas alheios a seu meio, estranhas a sua tradição e a seu ambiente»³⁴, tal como aparece no próprio estatuto da CGT, aprovado em 1950 e vigente até os dias de hoje. No Preâmbulo deste documento, lê-se:

Que a Doutrina Peronista, magistralmente exposta por seu criador, o General Juan Perón, define e sintetiza as aspirações fundamentais dos trabalhadores argentinos e lhes assinala a verdadeira doutrina, com raiz e sentido nacional, cuja ampla e leal aplicação haverá de forjar uma Pátria Justa, Livre e Soberana³⁵.

Mais adiante, no mesmo documento, a central declara «sua indeclinável decisão de constituir-se em zelosa depositária e fiel executora dos altos postulados que alentam a Doutrina Peronista». Vale a pena também destacar a «função social do capital» definida pela CGT: «A organização da riqueza e sua exploração tende por fim ao bem-estar do povo, dentro de uma ordem econômica conforme os princípios de Justiça Social»³⁶. Esses elementos explicam uma diferença histórica crucial entre Perón

e Vargas. Ao contrário do peronismo, o trabalhismo de origem varguista não se constituiu com base em um vínculo tão estreito com o movimento sindical, embora esse fator não tenha estado ausente.

É muito comum entre os sindicalistas da CGT a idéia de que Perón dignificou a classe trabalhadora e de que a estrutura sindical do país é uma herança da organização dos sindicatos impulsionada pelo general. Na CUT, é comum a identificação de Vargas como um ditador autoritário representante da burguesia, e a legislação sindical brasileira como um resquício do fascismo italiano que desmobilizou a classe trabalhadora do país, dada sua influência da *Carta del Lavoro* de Mussolini. No entanto, assim como entre os dirigentes peronistas na Argentina, setores expressivos do sindicalismo no Brasil, inclusive cutistas, defendem a idéia de que a estrutura sindical oficial seja um mecanismo de democratização das relações entre capital e trabalho. Isso demonstra que a ideologia populista do trabalhismo possui um importante peso no movimento sindical brasileiro.

Por conta dos fatores expostos até aqui, existem diferentes prioridades temáticas nos estudos sindicais dos dois países. Enquanto no Brasil, durante décadas, muitos autores se dedicaram à análise da ingerência estatal exercida pela estrutura sindical³⁷, na Argentina a atenção dos estudos clássicos foi dada para a origem e a persistência do vínculo entre os sindicatos e o peronismo.³⁸ Ainda que a relação entre sindicalismo,

³³ Uma das referências que melhor caracteriza a formação do peronismo como doutrina nacionalista no meio operário é a Acta de la Independencia Económica, assinada por Perón em 9 de julho de 1947, onde o presidente expôs os princípios que o país deveria seguir para se emancipar economicamente do capitalismo internacional.

³⁴ Trata-se a uma referência explícita ao socialismo e ao anarquismo.

³⁵ CGT; Estatuto de la Confederación General del Trabajo de la República Argentina, 1950.

³⁶ Idem.

³⁷ Rodrigues, José A.; Sindicato e Desenvolvimento no Brasil; São Paulo, Difel, 1968; Boito Jr., Armando.; O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical; Campinas-SP, Editora da Unicamp y São Paulo, Hucitec, 1991; Rodrigues, Leôncio M.; Conflito industrial e sindicalismo no Brasil; São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966; Martins, Heloisa H. T. de Souza; O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil; São Paulo, Hucitec, 1978; Moraes Filho; op. cit.; Simão, Azis; Sindicato e Estado; São Paulo, Dominus Editora, 1981; Vianna, Luiz Werneck; Liberalismo e Sindicato no Brasil; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

³⁸ Abós, A.; op. cit.; Del Campo, Hugo; Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable; Buenos Aires, Siglo XXI, 2005; Di Tella, Torcuato S.; op. cit.; Doyon, Louise M.; Perón y los trabajadores: los orígenes del sindicalismo peronista, 1943-1955; Buenos Aires, Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2006; Levitsky, Steven; La transformación del justicialismo. Del partido sindical al partido clientelista, 1983-1999; Buenos Aires, Siglo XXI, 2005; Muráís, M.; Portantiero, J. C.; op. cit.; Torre, Juan Carlos; El gigante invertido. Los sindicatos en el gobierno, Argentina 1973-1976; Buenos Aires, Siglo XXI, 2006; Zorrilla, Rubén H.; El liderazgo sindical argentino: desde sus orígenes hasta 1975; Buenos Aires, Hyspamérica Ediciones, 1988.

partido e Estado apareça na bibliografia brasileira e a estrutura sindical esteja presente nas análises argentinas, a linha condutora das pesquisas é relativamente distinta.

Partindo do repertório conceitual clássico empregado por Philippe Schmitter, Alfred Stepan diferencia o corporativismo estatal em dois tipos: o «inclusivo», que busca representar os interesses dos trabalhadores a partir de sua participação na administração do Estado, e o «exclusivo», que investe na desmobilização das representações sindicais por meio de medidas coercitivas. Como exemplo do primeiro tipo, o autor cita o caso argentino, e como exemplo do segundo, o brasileiro.³⁹ Utilizarei este modelo interpretativo como ponto de partida para a análise comparativa entre o peronismo e o varguismo.

A aliança de classes levada a cabo por Perón teve como estratégia política a incorporação dos trabalhadores no processo de construção da cidadania, o reconhecimento da instituição sindical como legítima interlocutora e a participação dos sindicalistas na direção do Estado. Ao contrário, em linhas gerais, o governo de Vargas de 1930 a 1945 adotou a prática de coerção da classe trabalhadora e de tutela do movimento sindical, além de não ter incorporado seus dirigentes ao aparelho estatal. No governo eleito de Vargas (1951-1954), principalmente durante o período em que João Goulart comandou o Ministério do Trabalho, houve uma maior liberalização para a prática sindical e certa proximidade do governo com o sindicalismo, tendo sido comuns tanto negociações como concessões aos trabalhadores, a exemplo da implantação, na prática, do fim do atestado de ideologia.⁴⁰ Durante seu mandato como presidente, Goulart (1961-1964) aprofundou sua aproximação com o sindicalismo. Porém, o corporativismo inclusivo buscado por Jango não se consolidou na cena política brasileira com o mesmo peso que na Argentina, além de ter sido logo interrompida pelo golpe de Estado de 1964.

A partir dos argumentos apresentados até aqui, é possível fazer algumas considerações acerca dos diferentes efeitos ideológicos das experiências históricas do populismo no Brasil e na Argentina. No

populismo trabalhista brasileiro o sindicalismo não teve uma experiência tão profunda de participação no poder político. O que não significa que os governos com essa orientação não tenham ampliado os direitos dos trabalhadores e o movimento sindical não tenha logrado exercer qualquer influência política. A aliança de classe almejada pelo varguismo se constituiu pela necessidade histórica de conciliar os interesses das oligarquias rurais regionais dominantes no aparelho de Estado com o capital industrial e outros setores urbanos em crescimento, conservando a velha fórmula da política brasileira de «pacto de elites». Também não se tornou hegemônica naquele momento, nem por parte do Estado nem por parte da classe trabalhadora, a aspiração de um «pacto social» tripartite como elemento estrutural que orientasse a atividade sindical. Esse elemento esteve presente, relativamente, no período de 1951 a 1964, especialmente no populismo janguista, mas ganharia importância somente com o sindicalismo propositivo defendido a partir da década de 1990 pela Força Sindical (FS) e pela ala majoritária da CUT, a Articulação Sindical (AS).

No caso argentino, o poder de mobilização e a presença de mecanismos institucionais de negociação entre os trabalhadores e os empresários no nível nacional são elementos historicamente mais marcantes. O vínculo histórico da CGT com o Partido Justicialista (PJ), fundado por Perón, proporcionou uma experiência muito profunda de participação sindical no governo do Estado. No caso brasileiro, esse papel foi relativamente exercido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), especialmente na figura de João Goulart em sua passagem no Ministério do Trabalho e depois como presidente.⁴¹ Mais recentemente, vale destacar o vínculo entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores (PT), no governo Lula, o qual, além de ter nomeado ministros e secretários de origem sindical, promoveu um maior canal de diálogo direto com o sindicalismo de base governista.

Considerando as experiências de organização na Argentina, verifica-se que foi fundamental o papel exercido pelas centrais sindicais na

³⁹ Stepan, Alfred; Estado, corporativismo e autoritarismo; São Paulo, Paz e Terra, 1980.

⁴⁰ D'Araújo, Maria Celina; Gomes, Ângela de Castro; Getulismo e trabalhismo; São Paulo, Editora Ática, 1989, pp. 62-65.

⁴¹ Vale destacar ainda a importância da participação política do Partido Comunista do Brasil (PCB), que se destacou no período estudado por sua representatividade no Parlamento nos poucos momentos de legalidade de que gozou.

convocação de *greves gerais*⁴², uma ferramenta de luta menos presente na tradição de organização do movimento operário e sindical brasileiro, embora tenha sido importante nas primeiras décadas do século XX e no período compreendido entre 1951 e 1964. Sobre esse aspecto, de certa forma a CUT demarcou uma linha divisória na história do sindicalismo no Brasil. Atuante em todo o país, a central levou a cabo algumas mobilizações importantes, cujo auge foi a convocação de três greves gerais nos anos 1980. Além disso, o fato de representar algumas das principais entidades do setor industrial e bancário paulista lhe permitiu por várias vezes paralisar e pressionar o centro da estrutura produtiva e financeira do país.⁴³

Por conta da presença histórica contínua de uma central sindical única, de sindicatos nacionais e da organização no local de trabalho, na Argentina as greves gerais possibilitaram, em diversos momentos, interromper o conjunto das atividades estratégicas do país (concentradas na Grande Buenos Aires, Córdoba e Rosário), além de afetar alguns centros regionais.⁴⁴ Ao contrário, comparativamente à Argentina, o Brasil tem poucas experiências de greves gerais anteriores às da década

⁴² As greves gerais possuem um estatuto privilegiado na análise proposta porque se trata do momento em que o conjunto da classe trabalhadora se enfrenta com a classe capitalista, o que exige um acúmulo prévio de lutas regionais e setoriais. É, portanto, a depender das circunstâncias e das condições em que são deflagradas, o principal termômetro do grau de organização e capacidade de mobilização do movimento operário e sindical.

⁴³ Algumas ponderações devem ser feitas em relação ao tema. Primeiramente, é necessário diferenciar as greves gerais nacionais das locais, e as setoriais das intersetoriais. Nesse sentido, a grande particularidade argentina é a maior presença da convocação de greves gerais intersetoriais nacionais, presentes desde o início do século XX, e recorrentes e massivas a partir dos anos 1930, ainda que com diferente peso, conforme a conjuntura. Em segundo lugar, vale notar que greves gerais setoriais e locais (e em alguns momentos, setoriais nacionais) não estiveram completamente ausentes no Brasil, como mostrarei mais adiante. Por último, é importante destacar que até os anos 1950, tanto no Brasil como na Argentina, as greves ficavam praticamente restritas aos centros urbanos com considerável nível de atividade industrial. Isso significa que a adesão de uma greve «local» em Buenos Aires, ou no Rio de Janeiro e em São Paulo, possuía certo caráter «nacional». Para simplificar a exposição, utilizarei o conceito de «greve geral» na comparação para me referir às paralisações desse tipo com repercussão sobre as principais atividades da economia de uma formação social capitalista.

⁴⁴ Isso não significa que todas as greves gerais no país tenham logrado esse feito, especialmente no início do século, quando, tal como já me referi na nota anterior, as paralisações «nacionais» se restringiam a Buenos Aires.

de 1980 que tenham adquirido um caráter nacional, ou ao menos logrado articular o eixo Rio-São Paulo.⁴⁵ O sindicalismo no Brasil possui um caráter mais fragmentado. O alcance das negociações e das mobilizações no país é mais limitado, e dificilmente se constitui em paralisações do conjunto das atividades econômicas do país. Além da menor presença de greves gerais (principalmente as nacionais), verifica-se no caso brasileiro uma frágil consolidação de uma cultura de interlocução direta dos dirigentes sindicais com o governo federal, tendo aparecido com força nos mandatos de João Goulart como Ministro do Trabalho e Presidente da República e, mais recentemente, no Governo de Lula.⁴⁶ No caso argentino, é comum que os presidentes, mesmo os opositores ao PJ, dialoguem com os representantes das centrais sindicais e dos principais sindicatos nacionais.

O sindicalismo brasileiro é mais fragmentado também por conta do enquadramento sindical vigente no país durante décadas (baseado na representatividade territorial por município). Esse modelo, que era imposto até a Constituição de 1988, atualmente é reproduzido pelas organizações sindicais, o que tem tido um efeito pulverizador sobre a ação sindical no país, já que dificulta a construção de entidades com representação regional e nacional, ainda que este papel seja cumprido parcialmente pelas federações e confederações. A observação de dados sobre a quantidade de sindicatos, de afiliados e da taxa de sindicalização permite avançar no exame dessa questão. Na ausência de uma série histórica, citarei os números mais recentes.

A Pesquisa Sindical realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2001 registrou 11.354 sindicatos no Brasil. O levantamento revelou ainda um total de 19.528.311 de associados em entidades sindicais, sobre uma base de 54.064.315 de trabalhadores, o que significa uma média de aproximadamente 1.720 associados sobre uma base de 4.762 trabalhadores por sindicato.

⁴⁵ Alguns exemplos de protestos com essa abrangência foram as greves gerais dos bancários de 1961, 1962 e 1963, e a greve dos trabalhadores dos transportes aéreos de 1963. Ver Matos, Marcelo Badaró; Trabalhadores e sindicatos no Brasil; São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 94.

⁴⁶ Também esteve relativamente presente durante a presidência de Itamar Franco, quando Walter Barelli exerceu o cargo de Ministro do Trabalho.

Partindo de uma População Economicamente Ativa (PEA) de 83.243.000 e de um total de 75.458.000 de «ocupados», chegamos a uma taxa de sindicalização de 23% da PEA, 26% dos empregados e 36% da base.⁴⁷ Os índices não estão muito abaixo da média argentina e dos principais países industrializados, mas expressam a realidade do sindicalismo brasileiro somente a partir dos anos 1980.

Na Argentina, segundo o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social (MTEySS) relativos ao ano de 2007, a taxa de sindicalização no país era de 37.6% em fevereiro, de acordo com a *Encuesta de Trabajadores en Empresas (ETE)*, e de 34.5% em novembro, segundo a *Encuesta de Indicadores Laborales (EIL)*.⁴⁸ A *Central de Trabajadores de la Argentina (CTA)* afirma que existem atualmente cerca de 2.800 sindicatos registrados no Ministério do Trabalho, sendo 1.700 com *personería* e 1.100 com inscrição. De acordo com o último Censo Populacional, realizado em 2001, o país conta com cerca de 13 milhões de trabalhadores com registro formal. A partir desses dados, podemos deduzir que os sindicatos argentinos possuem 4.485.000 de afiliados, o que significa uma média aproximada de 1.600 associados sobre uma base de 4.643 trabalhadores sindicalizáveis por sindicato. Os dados da Argentina e do Brasil são muito parecidos. No entanto, essa semelhança não invalida o argumento anunciado anteriormente, já que o fator fundamental para a formação de uma tradição organizativa é a presença histórica contínua do papel da central sindical e dos sindicatos nacionais nos setores mais expressivos. Afinal, o índice de sindicalização na Argentina é de mais de 20% pelo menos desde a década de 1940.⁴⁹ No Brasil, no ano de 1960, no auge do processo de formação de um sindicalismo de massa no país, essa cifra era de 6.11% da PEA e 14.45% da PEA ligada a atividades urbanas⁵⁰.

⁴⁷ IBGE. Sindicato: indicadores sociais 2001. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

⁴⁸ Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; Trabajo, ocupación y empleo: dimensiones del trabajo en el nuevo modelo económico y social; Serie Estudios 6, Argentina, febrero de 2007; y Trabajo, ocupación y empleo: los retos laborales en un proceso de crecimiento sostenido; Serie Estudios 7, Argentina, noviembre de 2007.

⁴⁹ Marshall, Adriana; «Efectos de las regulaciones del trabajo sobre la afiliación sindical: estudio comparativo de Argentina, Chile y México». Buenos Aires; Cuadernos del IDES (Instituto de Desarrollo Económico y Social), n. 8, abr. 2006.

⁵⁰ Matos; op. cit.; p. 91.

Outro dado importante para a análise é a representação no local de trabalho. No Brasil, o IBGE registrou um total de apenas 5.294 integrantes em comitês sindicais de empresa, sendo 3.265 com estabilidade e 2.029 sem estabilidade. Desse total, apenas 98 estavam no campo, sendo 50 com estabilidade e 48 sem estabilidade⁵¹. A CGT afirma possuir 30.000 delegados e a CTA, 8.000, todos com estabilidade⁵². De acordo com os números da EIL citados pela CTA⁵³, somente 12.4% das empresas argentinas possuem delegados no local de trabalho. No entanto, quando se analisa esse dado segundo o tamanho do estabelecimento, essa cifra diminui para 7.5% entre as empresas com menos de 50 trabalhadores, mas aumenta para 27.7% nas que possuem entre 51 e 200 trabalhadores e 52.5% entre as que têm mais de 200 trabalhadores. Ou seja, o sindicalismo argentino conta com representação no local de trabalho em pelo menos metade das maiores empresas.

É necessário ressaltar ainda que no caso brasileiro, do total de sindicatos existentes em 2001, apenas 4.304 (38%) eram afiliados a alguma central. Dividindo sua área de atuação entre o campo e a cidade, verifica-se que existe no país uma forte tradição de sindicalismo rural, que representa 36% do número de entidades e 46% do número de associados. Considerando o conjunto dos sindicatos por central sindical, em 2001 a CUT representava 66% dos sindicatos brasileiros, contra 19% da FS e 15% das outras cinco centrais juntas. Ademais, na CUT predominavam os sindicatos de grande porte (com mais de 1.000 afiliados), enquanto nas outras centrais a maioria era composta por sindicatos de médio porte (entre 101 e 1.000 afiliados).

Sendo assim, pode-se afirmar que entre os 19.328.511 trabalhadores brasileiros afiliados a um sindicato, apenas 10.211.185 pertencem a uma central. Desse total, a CUT representa 5.293.080 com registro (2.841.719 na zona urbana; 2.451.361 na zona rural) e 1.958.503 sem registro (1.019.242 na cidade; 939.261 no campo), em um total de 7.251.583 de trabalhadores afiliados, 3.860.961 na cidade e 3.390.622 no campo. Não

⁵¹ IBGE; op. cit.

⁵² Ver www.cgtra.org.ar e www.cta.org.ar.

⁵³ Observatorio del Derecho Social de la CTA; Dilemas y conflictos en torno a la representación directa en el lugar de trabajo. Buenos Aires, 2008.

foi possível ter acesso a dados do sindicalismo no campo na Argentina. No entanto, levando em conta que esse país apresenta uma população rural significativamente menor, em números absolutos e relativos, é possível afirmar que o movimento sindical rural brasileiro representa uma base muito mais ampla.

Na Argentina, a CGT declara possuir 2.500.000 afiliados, e a CTA, 850.000. Assim, enquanto a representatividade dos afiliados da CUT é de 9.6% da população ocupada, os afiliados da CGT representam 19.2% desse mesmo conjunto. Pensando no total de afiliados, se a CUT representa 37.5% dos trabalhadores afiliados a sindicatos no Brasil, a CGT representa 55.7% desse total. Ademais, enquanto a CUT representa 66% dos sindicatos brasileiros e cerca de 70% dos trabalhadores afiliados a centrais, a CGT representa cerca de 75% deste conjunto na Argentina. Se levarmos em conta ainda que o total de trabalhadores rurais associados a sindicatos da CUT é bastante significativo (46.7%) e a pulverização municipal das entidades, é possível afirmar que o poder de convocação de uma única central no sindicalismo brasileiro é menor que no argentino.

Vale lembrar também que o número de afiliados da CUT cresceu significativamente a partir de 1988, com a permissão de organização sindical aos funcionários públicos, e no início dos anos 90, com a incorporação dos sindicatos rurais representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e das entidades ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que migraram da CGT para a central. Esses dados nos dão idéia do quanto o peso das centrais é relativamente recente na história do sindicalismo brasileiro. Ainda que tenha estado presente em outros momentos, as entidades sindicais nacionais no Brasil tiveram quase sempre uma existência muito breve.

A seguir, farei alguns comentários sobre os fatores que incidem sobre as taxas de sindicalização na Argentina, que são consideradas altas, historicamente. Um dos fatores que a bibliografia atribui a essa questão é a representação no local de trabalho. Como já foi destacado, no caso brasileiro esse instrumento organizativo é muito menos presente. Ademais, se por um lado existe o fator legislativo, tal como foi demonstrado no item anterior, as experiências de luta concretas dos sindicatos no Brasil não

evidenciam um esforço de mudança de seu caráter cupulista. Apesar desse elemento também estar presente na Argentina, existe nesse país uma estrutura organizativa baseada em comissões internas compostas por delegados sindicais com estabilidade, e forte poder de mobilização e convocação no interior da classe trabalhadora. Como resultado desses fatores, existe uma tradição de participação na atividade sindical muito mais intensa que no caso brasileiro.

Marshall aponta alguns aspectos da regulação trabalhista que produzem efeitos sobre a filiação sindical⁵⁴. Os fatores levantados pela autora para comparar as experiências da Argentina, do Chile e do México são um ponto de partida razoável para a comparação com o Brasil. Entre as normas mais influentes, Marshall cita as que se referem à negociação coletiva, as que regulam a representação sindical em geral e no local de trabalho, as que definem o enquadramento sindical a partir de um emprego ao sindicato correspondente, as que definem o grau de centralização da estrutura sindical e as que estabelecem sobre quem (Estado ou sindicatos) recai a prestação de benefícios sociais tais como o serviço de saúde e a previdência social.

Considerando o último aspecto, um dos fatores enfatizados pela autora é a gestão das *obras sociales*⁵⁵. Segundo Marshall, essas se constituíram, pelo menos até 1970, em um estímulo adicional para a sindicalização, já que o serviço tendia a se restringir aos afiliados. A partir de então, as *obras sociales* constituíram um «sistema inseparável» e uma fonte de recursos para as entidades sindicais, sendo vistas pelos trabalhadores como um compromisso de seus sindicatos. No entanto, a autora afirma que a diferença fundamental entre os modelos de organização sindical dos países estudados está na presença de representação sindical no local de trabalho reconhecida por lei. Sobre o tema, Marshall assim explicita:

[...] na Argentina, desde pelo menos 1958, com a lei de associações profissionais que ao garantir a estabilidade dos delegados sindicais nos estabelecimentos, reconhecia legalmente, pelo menos de forma implíci-

⁵⁴ Marshall; op. cit.

⁵⁵ As obras sociales constituem a principal referência do sistema de saúde da Argentina. São administradas pelos sindicatos e fornecem atendimento médico à família de todo trabalhador formal.

ta, a representação sindical no local de trabalho, criam-se os cimentos para o papel crucial que a representação sindical teria a longo prazo em relação à filiação sindical⁵⁶.

Com referência aos aspectos históricos que contribuíram para a formação desses mecanismos de representação, Marshall ressalta que mesmo antes das políticas pró-sindicais do governo de Perón, já havia 400 mil trabalhadores afiliados a sindicatos, o que representava um índice de cerca de 20% da força de trabalho urbana. No entanto, a autora argumenta que foi depois de 1946 que cresceu a filiação sindical substancialmente, devido ao esforço dos dirigentes, mas especialmente por conta do apoio estatal às campanhas para organizar os trabalhadores. Por último, Marshall destaca que nesse período Perón impulsionou a institucionalização da provisão sindical do sistema de saúde que se transformaria mais tarde na base de recrutamento de membros, além de benefícios como lazer, esporte e turismo.

Neste item busquei avançar na análise da organização e da estrutura sindical do Brasil e da Argentina, assim como dos principais pilares que contribuíram para construção do modelo de relação da classe trabalhadora com o Estado e o poder político e econômico nos dois países. A seguir, explorarei mais detalhadamente alguns momentos-chaves da história do movimento operário e sindical dos dois países, que será um importante fundamento para as formulações posteriores sobre a formação de suas principais tradições de luta.

História do movimento operário e sindical

Desde o início do século XX o movimento operário e sindical é o principal protagonista dos protestos sociais na Argentina⁵⁷. Essa mesma afirmação não pode ser feita para o Brasil, onde o sindicalismo divide

⁵⁶ Marshall; op. cit.; p. 15.

⁵⁷ As informações coletadas sobre a história do movimento operário argentino para a construção deste capítulo foram extraídas dos diversos textos que serão citados no decorrer do item, além da leitura de Bilsky, Edgardo, Coggiola, Osvaldo; História do movimento operário argentino; São Paulo, Xamã Editora, 1999; Iñigo Carrera, Nicolás; La estrategia de la clase obrera; Buenos Aires, Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2004; Iñigo Carrera, Nicolás, Grau, María Isabel y Martí, Analía; Agustín Tosco: la clase revolucionaria (2ª. Ed.); Buenos Aires, Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006; Del Campo; op. cit.

esse papel com o movimento camponês, e as manifestações de massa dos trabalhadores adquiriram peso em alguns momentos no início desse século e entre a década de 1950 e o golpe militar, para se consolidar no cenário nacional somente a partir do final dos anos 1970. A trajetória do sindicalismo argentino apresenta uma relativa continuidade, constatável em suas taxas de sindicalização, historicamente altas, na presença constante de centrais sindicais e de sindicatos únicos nacionais com forte poder de negociação e mobilização, e na intensa atividade grevista ao longo de sua história. Um dos principais elementos que evidenciam o nível de organização e o peso do sindicalismo argentino é a presença constante da greve geral como instrumento de luta, que em vários momentos paralisou o conjunto da classe trabalhadora do país.

Desde as experiências precursoras da FORA e da UGT no início do século XX, a organização nacional é um traço característico do movimento sindical argentino. A partir de 1930 a CGT passou a desempenhar esse papel. No entanto, apesar do crescimento que teve após o vínculo histórico com a ascensão do peronismo, o movimento sindical já era importante no país, o que se explica parcialmente por seu nível de industrialização na primeira metade do século XX. O número de operários industriais argentinos era de 396.303 em 1935, 733.968 em 1941 e 889.032 em 1946⁵⁸. Nesse período, o número de afiliados passou de aproximadamente 370.000 em 1935 a mais de 470.000 em 1940, dos quais cerca de 310.000 pertenciam à CGT (*ver Tabela 10*).

Tabela 10: Afiliados sindicais na Argentina, segundo a tendência (1936-1940)

	1936	1937	1939	1940
CGT	262.630	289.393	270.320	311.075
USA	25.095	32.111	26.980	32.039
Fed. Asoc. De Empleados	8.012	8.079	18.500	18.965
Autónomos	72.834	68.105	120.809	120.188
Indefinidos	1.398	21.114	-	-
TOTAL	369.969	418.902	436.609	472.828

Fonte: Meléndez, Raquel y Monteagudo, Néstor; *Historia del movimiento obrero*; Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971, p. 78.

⁵⁸ Meléndez, Raquel y Monteagudo, Néstor; *Historia del movimiento obrero*; Buenos Aires,

Como já foi mencionado, em meados da década de 1940 a taxa de filiação no país correspondia a 20% de sua força de trabalho urbana. Como se pode explicar as diferenças existentes do peso do movimento operário e sindical brasileiro e argentino ao longo da história? Os fatores são múltiplos. Buscarei apontar alguns desses elementos que considero centrais para refletir sobre essa questão.

A primeira pista para compreender o baixo peso do sindicalismo brasileiro em relação ao argentino na primeira metade do século XX deve ser buscada nos indicadores da estrutura econômica apresentados no primeiro item deste trabalho. O sindicalismo é um fenômeno da sociedade capitalista que adquire caráter massivo em economias industrializadas⁵⁹. Até a década de 1950 o Brasil era um país essencialmente agrário, com população predominantemente rural e baixo nível de industrialização. A Argentina já contava com a maioria de sua população na zona urbana e com um parque industrial mais significativo, o que pode ser atestado pela superioridade de seu PIB em relação ao brasileiro até então. Outro fator explicativo do nível de organização do movimento sindical argentino é a presença massiva de imigrantes europeus na formação de sua classe operária. Os estrangeiros que chegaram ao país nas primeiras décadas do século XX, especialmente espanhóis e italianos, difundiram a ideologia anarquista e socialista em voga em seus países de origem. Esse argumento é praticamente consensual entre os estudiosos do tema e se encontra bem argumentado no trabalho de Hugo Del Campo⁶⁰. No Brasil, a presença de imigrantes europeus jamais teve um peso relativo tão significativo quanto na Argentina. Além disso, por conta de seu baixo nível de industrialização, parte considerável dos estrangeiros que desembarcaram no país se dirigia ao campo para trabalhar sob o regime de colonato.

Em São Paulo, que concentrava as indústrias do país a partir da década de 1910 e era o centro receptor do fluxo de imigrantes, o

Centro Editor de América Latina, 1971, p. 77. Segundo dados citados por Matos (op. cit., p. 38), havia em São Paulo e no Rio de Janeiro 59.036 operários industriais no ano de 1907, 140.515 em 1920 e 241.901 em 1929.

⁵⁹ Hyman, Richard; *Industrial Relations: a marxist introduction*; London, Macmillan Press, 1975.

⁶⁰ Del Campo; *op. cit.*

movimento operário e sindical ganhou um considerável impulso. Em linhas gerais, até a década de 1960 o sindicalismo brasileiro praticamente se restringia à capital paulista e ao Rio de Janeiro, ainda que estivesse presente com menor peso em outras regiões. Mas a atividade grevista e a intensidade das mobilizações operárias nas duas principais cidades brasileiras não atingiam o nível da capital argentina, mesmo porque havia uma diferença populacional e de nível de industrialização consideráveis. Essa explicação deve ser complementada pelos fatores políticos (incluindo aí questões institucionais e jurídicas). Antes de mencioná-los, porém, apresentarei alguns dados que fundamentam as formulações feitas até aqui.

Observando o número de greves ao longo da história dos dois países as diferenças são notórias. Entre 1888 e 1944, foram registradas 364 greves em São Paulo e de 1890 a 1930, 346 no Rio de Janeiro, totalizando 710 paralisações em todo o período⁶¹. De 1945 a 1977, foram 912 eventos no Brasil, tendo sido registradas ao longo desse período (1888-1977) 1.622 greves (*ver Tabela 11*). Na Argentina, apenas entre 1906 e 1918 ocorreram 1.794 greves (*Ver Tabela 12*), número superior a mais de 90 anos de história desse tipo de protesto no Brasil.

Tabela 11: Greves no Brasil (1888-2007)

Tab. 11a: Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos

1888-1900	Abolição - fim do século (a)	2
1901-1914	Pré-guerra (a)	9
1915-1929	Da guerra a crise de 29 (a)	8
1930-1936	Vargas — Primeira fase (a)	12
1937-1944	Estado Novo (a)	1
1945-1964	Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968	Militares (Castelo - Costa e Silva) (b)	13
1969-1977	Militares ('duros') (c)	0
1978-1984	Militares (abertura) (d)	259
1985-1990	Sarney/ Collor (d)	2203
1991-1992	Collor (d) (e)	978

⁶¹ Apesar da ausência de um registro completo e de abrangência nacional, esses dados constituem um bom indicativo da recorrência desse tipo de protesto no Brasil, pois se tratam dos dois Estados que impulsionaram o desenvolvimento das relações capitalistas no país.

(a) (Simão; *op. cit.*) *Sindicato e Estado. Dados referem-se apenas ao Estado de São Paulo*; (b) (Sandoval) *Social Changes and Labour Unrest in Brasil since 1945*; (c) Não há informações coletadas para esse período; (d) NEPP/UNICAMP. *Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil*; (e) *Desep*; (f) *Dieese. Banco de Dados Sindicais*. Fonte: Elias Jr., Jorge, Gebirim, Vera; Noronha, Eduardo; *Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro*; Latin American Studies Association - XXI International Congress, 1998, p. 7.

Tab. 11b: Médial anual de greves no Brasil por períodos

1988-1997	Sarney/Collor/Itamar/FHC1	1084
1998-2007	FHC2-Lula	385
2003-2007	Lula	300

Fonte: Ganz Lúcio, Clemente; *Balanço das negociações coletivas e das greves no Brasil no período 1998-2007. Dieese: mimeo, 2008.*

Tab. 11c: Greves no Rio de Janeiro (1890-1930)

Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1890	6	1904	5	1918	29
1891	7	1905	8	1919	22
1892	3	1906	3	1920	26
1893	1	1907	8	1921	4
1894	-	1908	6	1922	2
1895	-	1909	14	1923	1
1896	2	1910	3	1924	3
1897	-	1911	8	1925	3
1898	5	1912	14	1926	3
1899	8	1913	5	1927	9
1900	10	1914	2	1928	24
1901	5	1915	7	1929	20
1902	4	1916	3	1930	11
1903	30	1917	13	TOTAL	346

Fonte: Matos (*op. cit.*) *apud* Matos, Marcelo Badaró; «As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira»; Pelotas, Anais Anpuh, GT Mundos do Trabalho, 2007, pp. 422-439.

Tabela 12: Greves, grevistas e dias parados na Argentina (1906-1918)

Ano	Greves	Grevistas (dias parados)
1906	170	70.743
1907	231	160.017
1908	118	11.561
1909	139	4.762

continúa en pág. siguiente

Ano	Greves	Grevistas (dias parados)
1910	298	18.806
1910	296	18.803 (357.996)
1911	102	27.992 (1.431.457)
1912	99	8.992 (88.613)
1913	95	23.698 (147.651)
1914	64	14.137 (83.041)
1915	64	12.077 (49.183)
1916	80	24.321 (233.878)
1917	138	135.062 (2.100.269)
1918	196	133.042 (2.191.773)

Fonte: López, Alfredo; *Historia del movimiento social y la clase obrera argentina*; Buenos Aires: Editorial Programa, 1971, p. 177, 197, 223.

Não disponho de dados do período de 1919 a 1955 na Argentina. No entanto, de acordo com os números citados por Iñigo Carrera⁶², entre 1955 e 1980 registra-se um total de 2.670 greves no país (*Ver Tabela 13*). Desse total, somente no ano de 1975 foram convocadas 1.266 paralisações. Vale destacar também que durante todo esse período não ocorreram greves gerais nacionais e intersetoriais no Brasil convocadas por uma central, instrumento de luta utilizado pela primeira vez no país em 1986, pela CUT, mas com repercussão parcial somente em alguns centros urbanos⁶³. Não disponho de dados sistematizados de greves gerais locais e setoriais no país, mas como veremos mais adiante, essas foram importantes em vários momentos da história do movimento operário brasileiro. Na Argentina, a greve geral tem sido uma constante na história do movimento operário e sindical do país. Entre 1901 e 1927, registra-se 19 protestos desse tipo, sendo 15 locais e quatro nacionais. Entre 1930 e 1943, foram 104, e entre 1955 e 1976, 41, tendo sido 13 locais e 28 nacionais, totalizando 164 greves gerais ao longo de 75 anos⁶⁴. No Brasil foram realizadas sete greves gerais nacionais por

⁶² Iñigo Carrera; «A century of general strikes. Strikes in Argentina» (pp. 61-85); in: Sjaak Van der Velden; Heiner Dribbusch, Dave Lyddon, Kurt Vandaele (Orgs.). *Strikes around the world, 1968-2005. Case studies of 15 countries*. Amsterdam, Aksant, 2007.

⁶³ Como já ressaltai, as greves gerais anteriores se restringiram aos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

⁶⁴ Ver Santella, Agustín; *Trabajadores, sindicato y conflictos en la industria automotriz argentina: un estudio de caso (1989-2006)*. Tese (doutorado). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2008. Cf. Tabela 14.

vários setores; entre 1986 e 1996, sendo que apenas uma (a de 1996) foi convocada pelo conjunto das centrais sindicais⁶⁵. Na Argentina, entre 1979 e 2002 foram convocadas 39 protestos desse tipo pelo conjunto das centrais sindicais⁶⁶. A partir de 1978, cresce o número de greves no Brasil. Desse ano até o fim da ditadura militar no país foram convocadas 1.813 greves. Em seguida, foram registradas 13.218 paralisações entre 1985 e 1990, 1.956 de 1991 a 1992, 5.556 entre 1992 e 1997, e 3.850 de 1998 a 2007. Ou seja, um total de 26.393 greves em pouco menos de 30 anos de movimento sindical⁶⁷ (Ver Tabela 11). Na Argentina, registra-se 5.950 protestos desse tipo no mesmo período⁶⁸.

Tabela 13: Greves na Argentina (1955-2006)

Ano	No. de greves	Grevistas	Dias não trabalhados
1955	21	11.990	144.120
1956	50	853.994	5.167.294
1957	56	304.209	3.390.529
1958	84	277.381	6.245.286
1959	45	1.411.062	10.078.138
1960	26	130.044	1.661.520
1961	43	236.462	1.755.170
1962	15	42.386	268.749
1963	20	207.216	812.396
1964	27	114.230	636.302
1965	32	203.596	590.511
1966	27	235.913	1.003.710
1967	6	547	2.702
1968	7	1.609	15.502
1969	8	6.697	150.256
1970	5	2.912	32.849
1971	16	68.632	159.277
1972	12	61.259	153.047
1973	-	-	-
1974	543	271.697	651.555
1975	1266	-	-
1976	43	80.120	-
1977	54	156.022	-

continúa en pág. siguiente

⁶⁵ Levantamento próprio a partir da documentação sindical consultada para a pesquisa de doutorado; Souza, op. cit.

⁶⁶ Iñigo Carrera; op. cit. e Tabela 14.

⁶⁷ Ver Elias Jr., Gebrim y Noronha; op. cit., p. 7.

⁶⁸ Cf. Iñigo Carrera; op. cit.

Ano	No. de greves	Grevistas	Dias não trabalhados
1978	19	145.480	-
1979	113	244.744	-
1980	132	194.218	-
1981	-	-	-
1982	-	-	-
1983	-	-	-
1984	495	8.459.192	16.521.182
1985	333	4.248.248	8.296.518
1986	582	11.236.940	23.170.963
1987	470	5.980.507	13.372.628
1988	443	7.443.344	33.593.112
1989	418	7.720.985	24.359.522
1990	326	9.970.886	32.844.016
1991	119	3.468.930	10.201.821
1992	99	4.656.536	7.208.282
1993	116	1.642.512	6.033.246
1994	44	-	-
1995	77	-	-
1996	19	-	-
1997	55	-	-
1998	61	-	-
1999	92	-	-
2000	178	-	-
2001	264	-	-
2002	160	-	-
2003*	129	-	-
2004	376	-	-
2005	537	-	-
2006	293	-	-

Fonte: 1955-1972: ILO, Yearbook of Labour Statistics, 1965 and 1975; 1974-1975: Ministerio de Trabajo, Departamento de Estadísticas, quoted by Wurtele (1977); Pegoraro, J., 'Los conflictos laborales, 1973-1976', Cuadernos de Marcha, segunda época, num. 2, México, Julio-Agosto 1979, p. 96 ; 1976-1980: Fernández, A. 1985, *Las prácticas sociales del sindicalismo. 1976-1982*, Buenos Aires CEAL, 1985, p. 140-141; fonte jornalística; 1984-1993: McGuire J., *Peronism without Peron: unions, parties and democracy in Argentina*, Stanford, Stanford University Press 1997, p. 239, based on data from Consejo Técnico de Inversiones, *La economía argentina (Yearbooks for 1984-1993)*. 1994-2006: Base de dados do Pimsa. Apud Iñigo Carrera; op. cit.

Tabela 14: Greves gerais na Argentina (1901-2002)

Tab. 14a: Greves gerais na Argentina em quatro períodos segundo a escala

Período	No. greves	Locais	Nacionais
1901-1927	19	15	4

continúa en pág. siguiente

Período	No. greves	Locais	Nacionais
1930-1943	104	Sd	sd
1955-1976	41	13	28
1979-2002	77	44	33

Fonte: Santella; *op. cit.*

Tab. 14b: Greves gerais na Argentina por escala e período (1979-2002)

Período	Locai	Nacionais	Total
1979	1	s/d	1
1983-1989	13	7	20
1989-2002	19	37	56
Total	33	44	77

Fonte: Santella; *op. cit.*

Tab. 14c: Greves Gerais nacionais na Argentina convocada por centrais (1979-2002)

1979-1982	Ditadura militar	5
1983-1989	Governo Alfonsín	13
1989-1999	Governo Menem	9
1999-2001	Governo De la Rúa	9
2002	Governo Duhalde	3
TOTAL		39

Fonte: Iñigo Carrera; *op. cit.*

O estudo da história do movimento operário brasileiro em comparação com o argentino leva a uma reflexão sobre os fatores políticos que dificultaram a construção de centrais sindicais no Brasil, tendo em vista seu caráter descontínuo. Na história do sindicalismo no país, encontramos a experiência pioneira da Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 1906 a partir de um congresso de militantes anarquistas e socialistas. Essa central realizou dois encontros (em 1913 e 1920), este último tentando reativar a entidade, que já demonstrava sinais de enfraquecimento em um contexto de intensa repressão.⁶⁹

⁶⁹ As informações presentes nos próximos parágrafos foram extraídas da leitura dos diversos textos que serão citados. Para uma análise do movimento sindical brasileiro anterior a 1930, ver Simão (*op. cit.*) e Moraes Filho (*op. cit.*). Para o período entre 1930 e 1964, ver

Em 1922 apareceu o Partido Comunista do Brasil (PCB), que teve uma forte atuação no movimento sindical a partir de então. Em 1929, sob sua influência, foi fundada a Federação Regional do Rio de Janeiro e se realizou o Congresso Sindical Nacional, a partir do qual se criou a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Nesse período as tentativas de organização nacional do sindicalismo brasileiro foram interrompidas pela repressão ao movimento operário característica dos governos autoritários da Primeira República (1889-1930), tendência que foi mantida após o golpe de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Em uma sociedade que havia saído a poucas décadas da escravidão, permanecia a cultura de tratamento da questão social como um «caso de polícia» pela política vigente.

Em março de 1934, já durante o governo de Vargas, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Dirigida pelo militante comunista Luis Carlos Prestes com a finalidade de construir uma frente popular democrática, essa organização chegou a congregar mais de 400.000 membros. No mesmo ano, foi fundada a Confederação Sindical Unitária (CSU), dissolvida logo em seguida e refundada no ano seguinte durante a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, que reuniu cerca de 300 delegados representantes de aproximadamente 500.000 operários.

Um dos elementos que contribuem para explicar a desmobilização do movimento sindical brasileiro no período varguista foi a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN), em 1934. O decreto proibiu o direito de greve, além de ter criado o estado de sítio e a Comissão de Repressão ao Comunismo. A ANL foi posta na ilegalidade e Prestes organizou um levante armado dissolvido em seguida pelo governo. Em 1939, o Decreto-lei 1402 criou o imposto sindical e o enquadramento sindical, o mecanismo responsável por aprovar (ou não) a criação dos sindicatos. Esse estatuto, vigente até 1988, entre outros fatores inibitórios à prática sindical, exigia um atestado de ideologia das entidades.

Rodrigues, Leôncio M.; «Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)», in: Rodrigues, Leôncio M. (org.); Brasil Republicano (tomo III: O Brasil Republicano); São Paulo, Difel, 1981. O período específico de 1945 a 1950 é tratado por Maranhão, Ricardo; Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950); São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. Para uma síntese da história do sindicalismo brasileiro, ver Matos; *op. cit.*

Logo após o fim da ditadura de Vargas, em 1945, um movimento popular impulsionado pelo PCB conquistou a anistia política. No mesmo ano, foi criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), entidade opositora ao sindicalismo oficial. Em 1946, o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro com a presença de 2.400 delegados, sob o comando dos comunistas, criou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Em poucos meses o PCB se tornou o maior partido comunista da América Latina, com 200.000 membros, conseguindo 10% dos votos nas eleições presidenciais e elegendando 14 deputados, além de Prestes como o senador mais votado. Porém, no ano seguinte, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) dissolveu o MUT, colocou o PCB na ilegalidade e suspendeu as eleições nos sindicatos, o que novamente dificultou a ascensão do sindicalismo brasileiro.

Nos anos 1950, no governo eleito de Getúlio Vargas (1951-1954), o movimento sindical começou a atingir proporções de massa. Nesse momento o país já contava com 1.5 milhões de trabalhadores industriais e as greves voltavam a aparecer na cena política. O evento de maior importância desse período foi a greve dos 300 mil de São Paulo, em 1953, que reuniu vários setores (metalúrgicos, têxteis, gráficos, etc.) e se estendeu a outras cidades do interior como Santos e Sorocaba.⁷⁰ Também em 1953 foi criado o Pacto de Unidade Intersindical, que se transformou em seguida no Pacto de Unidade e Ação (PUA). Criou-se também o Pacto Intersindical (PIS), no ABC paulista, que seria o germe do forte movimento que se verificou a partir de então na região, composto especialmente por comunistas e setores ligados à Igreja Católica. Vale ressaltar que no interior desses grupos havia um forte conteúdo anti-corporativista, evidente pela constante reivindicação por liberdade sindical.

Durante os governos de Juscelino Kubistchek (1955-1960) e Jânio Quadros (1961), as lutas sindicais seguiram em crescimento, tendo atingido seu auge durante o mandato de João Goulart (1961-1964). Em 1957, as mesmas categorias que haviam paralisado em 1953 realizaram uma greve de dez dias em São Paulo que envolveu 400 mil trabalhadores.

⁷⁰ Sobre este evento, ver Costa, Hélio; *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*; São Paulo, Scritta, 1995.

Em 1960, realizou-se o III Congresso Sindical Nacional, base para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Esse grupo se opunha à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), comandado por Ari Campista. Nesse período destaca-se o esforço de Goulart de aproximar o PTB ao sindicalismo, como presidente do partido e, em seguida, como Ministro do Trabalho. Mas o CGT não foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e dois anos depois foi desarticulado pelo golpe militar. Nesse contexto, o evento de maior envergadura do movimento operário foi a reedição das principais greves anteriores no ano de 1963, quando novamente as mesmas categorias levaram 700 mil trabalhadores a paralisar a produção em São Paulo⁷¹. Pelo que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que as três fundações da CGT, como Central, Confederação e Comando, nos anos 1920, 1940 e 1960 sintetizam a história das tentativas de organização de centrais sindicais no país, marcadas pela constante perseguição aos comunistas do PCB⁷².

A partir dos anos 1950, os protestos sociais no campo também adquiriram um peso significativo no Brasil. Em 1954, já havia sido criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTAB) e a 1ª Liga Camponesa, no Engenho Galiléa, na cidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Sob o comando de Francisco Julião, essa experiência remonta às Ligas Camponesas da década de 1930 fundadas pelo PCB. Também nesse período surgiram sindicatos de trabalhadores rurais dirigidos por esse partido e em 1963 foi criada a Contag.

Em 1964, um comício pelas reformas de base na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, atraiu 200.000 pessoas. Em 31 de março de 1964, a ditadura militar instaurou um longo período de mais de vinte anos de perseguição, proibição e repressão aos movimentos operário, popular e camponês. O que não impediu que em 1967 surgisse o Movimento Intersindical anti-Arrocho (MIA) e, em 1968, fossem convocadas as

⁷¹ Para mais detalhes sobre as greves de 1953, 1957 e 1963, ver Rodrigues, L.; *op. cit.*

⁷² Ver Santana, Marco Aurélio; *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*; São Paulo, Boitempo Editorial, 2001. Em 1962, em decorrência de divergências diante do conflito sino-soviético, ocorreu uma divisão nesse partido. O bloco pró-China criou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o grupo favorável à União Soviética fundou o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

primeiras greves do período militar, na Cobrasma de Osasco-SP e Contagem-MG. Depois de dez anos sem registros de atividades grevistas no país⁷³, essas voltaram com peso a partir de 1978, com a greve da Scania. Resultado da organização interna dos trabalhadores, sob a liderança de Gilson Menezes, diretor sindical de base, no dia seguinte ao início da paralisação o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cujo presidente nesse momento era Luis Inácio Lula da Silva, foi avisado e assumiu o controle do movimento.

Com base nas questões apresentadas nessa breve síntese, é necessário fazer algumas considerações. Por conta das características populacionais e econômicas brasileiras, a convivência de movimentos significativos no campo e na cidade constitui um elemento imprescindível para interpretar o caráter dos protestos sociais no país. Essa tendência permanece atualmente, já que há quase trinta anos a rebelião vem sendo protagonizada, de um lado, por sindicatos e organizações sociais urbanas, e do outro, pelo sindicalismo rural e organizações camponesas. Após décadas de projetos abortados por governos autoritários, em 1983 foi fundado o PT, em 1984 foi criada a CUT, e em 1985 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ainda que tenha havido rupturas nesse processo, pode-se dizer que a formação desse trio sintetizou um longo processo de construção de uma força popular partidária, operária e camponesa no campo da esquerda, que vinha se desenhando ao longo do século pelas tentativas de consolidação das CGTs, do PCB e das Ligas Camponesas, entre outros agrupamentos também importantes.

É importante para a análise citar alguns indicadores que atestam a importância dos protestos sociais camponeses no Brasil na atualidade. Os índices de sindicalização na zona rural são proporcionalmente maiores do que na zona urbana e representa uma fatia importante do sindicalismo brasileiro. Além disso, o MST, que representa trabalhadores camponeses sem-terra e assentados, é a maior organização social do país e uma das maiores do mundo, com mais de um milhão de associados atuantes em todas as unidades federativas. A Contag, maior entidade

sindical rural da atualidade, tem 27 federações e cerca de quatro mil sindicatos afiliados em uma base de 20 milhões de trabalhadores⁷⁴. Se contamos ainda a ação de outras organizações camponesas e a Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, têm-se um quadro completo da relevância desse tipo de luta no Brasil.

Ao contrário, no caso argentino os conflitos de trabalhadores no campo são historicamente menos representativos. Nesse país, o traço mais característico da rebelião é o seu caráter *callejero*⁷⁵, ou seja, sua tradição de manifestação de rua, por meio de diversas formas de luta como marchas, passeatas, bloqueio de ruas, piquetes, escrachos, motins, etc. Essa forma de luta também está presente na história do Brasil, mas o que torna particular a experiência da Argentina é a maior recorrência de eventos de grande repercussão, protagonizados principalmente pelo movimento operário e sindical com ampla mobilização de massa que assumem um caráter insurrecional (Semana Roja de 1909, Semana Trágica de 1919, Greve Geral de 1936, Movimento de 17 de outubro de 1945, Rosariazo e Cordobazo⁷⁶ de 1969, movimento grevista de 1975, insurreição espontânea de 2001, entre outros). Mesmo na Patagônia Rebelde, em um conflito de trabalhadores camponeses na província de Santa Cruz realizado em 1920, o sindicalismo se destacou como o principal organizador do movimento.

As ditaduras militares implantadas na América Latina no pós-guerra tiveram um claro objetivo de conter a expansão do movimento operário e popular, de caráter nacionalista ou socialista, em um contexto de acirramento da luta de classes a nível mundial. Tanto na Argentina como no Brasil esses regimes produziram um significativo efeito desarticulador sobre a classe trabalhadora. No caso brasileiro, a ditadura iniciada em

⁷⁴ www.contag.org.br. Acesso em 26/06/2009.

⁷⁵ O termo em espanhol poderia ser traduzido como «rueiro», mas é aplicado em um sentido inexistente no português brasileiro, para ressaltar a presença massiva da população nas ruas. No Brasil, o termo «rueiro» é um adjetivo aplicado apenas ao primeiro sentido da palavra *callejero* ou *callejeador*, como aquele que gosta de andar na rua, ou ainda no sentido de «arruador» ou «arruaceiro», que significa vadio, vagabundo, ou aquele que faz bagunça e depreda a cidade.

⁷⁶ Na Argentina, é comum designar um evento utilizando o superlativo «azo» a fim de destacar a magnitude de sua repercussão.

⁷³ Vale lembrar que a edição do Ato Institucional 5 (AI-5), em 1968, proibiu o direito de greve.

1964 estancou a ascensão do movimento sindical, que desde a década de 1950 vinha crescendo paralelamente à industrialização e urbanização do país, embora esse mesmo sindicalismo de massas não tenha construído uma força suficiente para resistir à implantação do regime⁷⁷. Para se ter uma idéia, se no período de 1945-1964 houve uma média anual de 43 greves, entre 1965 e 1968 esse número caiu para 13, e entre 1969 e 1977 não foi registrada uma só paralisação no país, já que uma das primeiras medidas do governo ditatorial foi a proibição do direito de greve. O Projeto Brasil Nunca Mais destaca que os sindicalistas estavam entre os setores sociais mais atingidos pelo sistema repressivo⁷⁸. A Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos registrou um total de 383 mortos e desaparecidos no país⁷⁹.

A partir de 1968, com a edição do AI-5, o Brasil viveu os «anos de chumbo» da ditadura militar, que intensificou a escalada de violência e repressão ao movimento camponês, operário e popular. Os sindicatos brasileiros, relativamente sob controle, passavam por um intenso processo de deposição de diretorias eleitas e intervenções. Não foi casual que as lideranças comunistas tenham sido as principais vítimas de desaparecimentos no país, dada sua íntima relação com o movimento sindical do período. Ademais, o governo aplicava os dispositivos mais autoritários previstos na CLT, tais como o enquadramento sindical prévio, exigências acerca da utilização dos recursos, o atestado negativo de ideologia, e o controle ministerial e ingerência dos mais variados aspectos organizativos das entidades (eleições, estatuto, composição da diretoria, etc.).

Essa situação foi predominante até o final dos anos 1970, quando os militantes sindicais contrários às diretorias interventoras começaram a organizar um movimento de oposição sindical em várias regiões do país. O auge desse processo foi o desencadeamento das greves no ABC a partir de 1978, que marcou o início do «período áureo» do sindicalismo brasileiro. Entre 1978 e 1984 foi registrada uma média de 259 greves anuais no país, e logo após o fim da ditadura, essa cifra atingiu o recorde

de 2.203 eventos, entre 1985 e 1990⁸⁰. Em 1988, o processo constituinte anulou vários aspectos do «modelo de gestão e controle governamental», que abandonou seu caráter «ditatorial» para assumir feições mais «democráticas»⁸¹, no momento em que a recém criada CUT se consolidava como uma central de massa por protagonizar a cena sindical no país.

A repressão pela qual passou a Argentina em um período muito mais curto (1976-1983) assumiu a cifra de um genocídio calculado em cerca de 30.000 desaparecidos políticos. Segundo o relatório *Nunca Más*, da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), do total de cerca de 8.960 presos desaparecidos registrados, mais da metade era composta por trabalhadores, que foram detidos principalmente por exercerem atividade político-sindical⁸². O número de greves gerais, que nos 21 anos anteriores (1955-1976) havia totalizado 41 eventos, caiu para cinco durante a ditadura militar⁸³ (*Ver Tabela 14*). Entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, a Argentina viveu um de seus períodos de maior atividade sindical, com intensas mobilizações de massa e movimentos grevistas nas principais cidades do país. O marco desse ciclo foi o *Cordobazo*, a histórica insurreição de maio de 1969 que, contando com uma aliança entre os estudantes e o movimento operário, foi um dos motivos do debilitamento da ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970). Esse movimento (que se estendeu para outras regiões do país, a exemplo de Rosario), é explicado por diversos autores pela forte organização no local de trabalho existente no país naquele momento. O marco desse ciclo, no entanto, foi o *Devotazo*, um movimento armado da guerrilha que culminou com a liberação dos presos políticos em 25 de maio de 1973⁸⁴.

⁸⁰ Cf. Elias Jr., Gebrim e Noronha, 1998; op. cit.; p. 7 e Tabela 11.

⁸¹ Boito Jr., Armando; «Reforma e persistência da estrutura sindical»; in: Boito Jr., A. (org.); O sindicalismo brasileiro nos anos 80; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

⁸² Além de 21% de estudantes, o relatório especifica 30.2% de «operários», 17.9% de «empregados», 10.7 de «profissionais» liberais, 5.5% de docentes, o que totalizaria 58.8% de trabalhadores. Se consideramos outros membros da classe trabalhadora e as vítimas familiares desse segmento, essa cifra é ainda maior.

⁸³ Para o período de 1979 a 2002, utilizei os dados de greves gerais de Iñigo Carrera («A century of general strikes...»; op. cit.), por se tratar de um balanço mais completo, já que Santella (op. cit.) não cita todos os eventos desse tipo ocorridos durante o período militar.

⁸⁴ Para uma análise desse período, ver Marín, Juan Carlos; Los hechos armados; Buenos Aires, La Rosa Blindada-Pi.Ca.So, 2003.

⁷⁷ Toledo, Caio Navarro de; O governo Goulart e o golpe de 64; São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

⁷⁸ Ver Arquidocese de São Paulo; Brasil Nunca Mais: um relato para a história; Petrópolis, Vozes, 1985.

⁷⁹ www.desaparecidospoliticos.org.br.

Em resumo, pode-se dizer que enquanto a ditadura militar na Argentina teve a finalidade de golpear um movimento operário que já possuía um alto grau de organização para que este não crescesse ainda mais, no Brasil o regime ditatorial cumpriu o objetivo de retardar a explosão das lutas operárias que começavam a tomar proporções de massa. Com o fim das ditaduras militares, o sindicalismo brasileiro e argentino ressurgiu com grande capacidade de organização e mobilização.

Nadécada de 1980, a CUT monopolizou as lutas sindicais no Brasil como única central de peso. A outra central em atividade era a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em 1986 por sindicalistas que não concordavam com a fundação daquela entidade. Na Argentina, após o fim da ditadura militar o movimento sindical viveu um período de intensas atividades grevistas. O governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), da Unión Cívica Radical (UCR) se caracterizava pela hiperinflação. A oposição da CGT à política desse governo levou a central a convocar 13 greves gerais em cerca de cinco anos e meio. Ademais, entre 1984 e 1989, foram realizadas 2.741 greves. A partir do que foi exposto até aqui, veremos a seguir como os elementos destacados influenciaram a formação das principais tradições de luta dos países analisados.

Cultura, ideologia e tradições de luta

Desde o início do século XX, os protestos sociais na Argentina se concentraram na zona urbana, o que não excluiu a eclosão esporádica de algumas lutas no meio rural. No Brasil, a convivência de mobilizações no campo e na cidade tem sido uma constante em sua história. De modo geral, apareceram isoladas, mas também se pode verificar, em alguns períodos, a constituição de alianças entre operários e camponeses tanto nas práticas como nas estratégias de luta do movimento operário organizado politicamente. Essas são as características centrais da rebelião de cada formação.

Uma leitura que interpretasse os principais traços dos protestos sociais nessas formações como resultado apenas da estrutura econômica poderia ocultar questões relevantes sobre o tema estudado. Por isso destaquei alguns elementos políticos e ideológicos que, em sua íntima relação com a base material, contribuem para a explicação do fenômeno.

Em relação ao assunto tratado, destaquei a estrutura sindical e a relação entre os sindicatos, o Estado e o poder político e econômico. Também fiz uma breve descrição da fisionomia do movimento operário e sindical dos dois países. Este item trata dos efeitos duradouros desses elementos para a formação das tradições de luta da classe operária nas duas formações. Ao longo do texto, fiz referência a alguns desses fatores⁸⁵. É importante ter em conta que uma análise mais ampla sobre essas questões exige um exame histórico mais detalhado em relação ao que apresentei. No entanto, para o objetivo proposto (fazer apontamentos de algumas tendências gerais), é possível elaborar algumas formulações.

Os princípios norteadores da história do Brasil e da Argentina são muito distintos. Um primeiro fator a ser destacado é a frágil presença, no caso brasileiro, de mobilizações populares em seus processos políticos-chaves. No caso argentino, esse elemento esteve comparativamente mais presente e forma parte da tradição de luta do país. A emancipação política do Brasil foi declarada pela metrópole. O grito de «Independência ou morte» dado por dom Pedro I, a despeito do mito que o cerca, não foi acompanhado de uma reação armada de Portugal contra o filho «rebelde». Ao contrário, a família real se encarregou de manter a dinastia no poder, dando continuidade ao regime monárquico, desde então batizado de «Império do Brasil». A independência argentina, declarada em 1816, instaurou a República, aboliu a escravidão e foi seguida de uma guerra violenta com a Espanha. O Brasil, apesar de independente desde 1822, seguiu com o sistema escravocrata até 1888 e proclamou a República apenas em 1889, cerca de três quartos de século mais tarde. A concessão de liberdade aos escravos, com a chamada «Lei Áurea», foi apresentada como uma dádiva de uma princesa bondosa, mas a população negra não

⁸⁵ No livro organizado por Alejandro Grimson se encontra uma série de estudos comparativos entre o Brasil e a Argentina que têm como objetivo refletir sobre as matrizes da «cultura política» de ambos. Ver, principalmente, o texto de Pousadela, Inés M.; «Las políticas públicas y las matrices nacionales de cultura política», en: Grimson, Alejandro (comp.) e Nun, José (supervisión); *Pasiones nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina*; Buenos Aires, EDHASA/UNPD, 2007. Apesar de chegar a alguns resultados descritivos semelhantes, o ponto de partida dos autores dessa coletânea é a política institucional. Ao contrário, minha proposta baseada na categoria de «tradições de luta» se fundamenta no estudo de sua relação com a estrutura social no processo de formação da ideologia de protesto popular, como parte do movimento de constituição da classe e da luta de classes.

foi incorporada ao trabalho assalariado em expansão. A instauração do regime republicano ocorreu após um desfile na praça «enquanto o povo assistia bestializado»⁸⁶.

Em 1930, o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder foi feito sob o lema «Faça a Revolução antes que o povo a faça»⁸⁷. Quinze anos depois, o presidente abandonou o Governo por meio de um acordo e logo após assumiu o general Eurico Gaspar Dutra. Em 1951, Vargas foi eleito pelo voto popular. Três anos depois, o presidente cometeu o suicídio, deixando uma carta testamento em que revelou as pressões políticas que sofria naquele momento. Juan Domingo Perón subiu ao poder após uma intensa mobilização operária, sindical e popular por sua liberdade na Praça de Maio, no dia 17 de outubro de 1945. Essa data foi consagrada como o «Dia da Lealdade» e é considerado o dia da fundação do peronismo. Ao ascender no poder no ano seguinte, o general governou a Argentina por cerca nove anos, sendo deposto por um golpe e sua imediata fuga do país. Após dezoito anos no exílio, voltou à Argentina para se tornar presidente, em 1973, mas morreu naturalmente menos de um ano depois. Durante sua ausência do país, o PJ foi proscrito, mas a CGT e membros do partido organizaram a resistência sob a bandeira da volta do ex-presidente, que incluiu movimentos armados e diversas mortes.

Nessa época, o Brasil já vivia a ditadura militar (1964-1985), que levava a cabo, no plano econômico, um projeto nacional de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, com investimentos estatais de infraestrutura que facilitaram a instalação de empresas estrangeiras no país. O chamado «milagre econômico» estendeu o emprego assalariado formal, aumentou a dependência e a dívida externa, além de ter aprofundado as desigualdades internas. Esse processo se deu de maneira desigual e combinada, já que foi liderado pelo eixo Rio-São Paulo em detrimento das outras regiões que, como o Nordeste, cumpriram a função de disponibilizar sua superpopulação relativa para as

necessidades de expansão capitalista daquele momento. A saída do regime foi anunciada como um «processo lento e gradual», com uma diferença de quase dez anos entre a anistia política, o processo constituinte e as eleições presidenciais.

De 1966 a 1970 a Argentina viveu a ditadura de Onganía, que subiu ao poder após um golpe de estado que, entre outros motivos, buscava conter determinadas medidas de seu antecessor, Arturo Umberto Illia, como a revogação da proscricção do peronismo. Durante seu mandato, Onganía buscou promover o propositivismo, na época defendido por sindicalistas como Augusto Vandor. Também suspendeu as greves e as convenções coletivas, cujos efeitos podem ser atestados pelos dados citados por Iñigo Carrera⁸⁸, que correspondem ao período de menor atividade grevista entre os registrados pelo autor (*ver Tabela 13*). A ditadura militar de 1976 a 1983 foi caracterizada pelo início da implantação da plataforma neoliberal e da hegemonia do capital financeiro no país. Nesse período, a Argentina perdeu um conflito internacional para a Inglaterra (Guerra das Malvinas) e levou adiante uma política de extermínio de militantes do movimento operário e popular. Com o fim do regime, foram convocadas eleições gerais e assumiu Raúl Alfonsín, que no período em que governou o país conviveu com uma intensa atividade grevista e a convocação de 13 greves gerais.

Essa descrição não tem o objetivo de afirmar, de maneira dicotômica, que o povo brasileiro sempre esteve ausente nos processos políticos, em oposição ao argentino, sempre presente. Procuo apresentar, com essas considerações, apenas algumas tendências que fazem esses países serem tão distintos em suas tradições de luta. Em termos comparativos, o elemento «insurrecional» é uma tendência mais marcante na Argentina do que no Brasil. Esse aspecto se traduz no caráter constante da sublevação popular em seus eventos políticos chaves. Vejamos como esses elementos aparecem na formação da classe trabalhadora brasileira e argentina.

Um aspecto que merece ser destacado, por ser constitutivo da formação da ideologia de protesto, é o grau de organização dos trabalhadores. O movimento operário argentino logrou se estabelecer

⁸⁶ A frase exata, escrita pelo jornalista e político abolicionista Aristides da Silveira Lobo no Diário Popular de 18 de novembro de 1889, foi: «O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada [militar]».

⁸⁷ Ainda que esse elemento esteja presente na história argentina, é possível afirmar, no contexto comparativo, que essa noção possui um caráter mais estrutural no caso brasileiro.

⁸⁸ Iñigo Carrera; op. cit.

«precocemente» com instituições duradouras e com forte poder de convocação e negociação no nível nacional, elementos menos estruturados historicamente no caso brasileiro. A formação da classe operária brasileira, além de mais tardia, foi marcada pela persistência do caráter autoritário na relação dos trabalhadores com o Estado e a classe capitalista, com breves intervalos de governos populistas com uma feição mais democrática. Esse autoritarismo foi legitimado por governos que faziam uso de inúmeras medidas coercitivas à prática sindical, como o atestado de ideologia, a proibição do direito de greve, as intervenções nos sindicatos e a dissolução de centrais e entidades intersindicais. Em menor ou maior escala, esses elementos estiveram presentes no governo de Vargas (1930-1945), Dutra (1946-1951) e durante a ditadura militar (1964-1985), no caso dessa última, não casualmente instaurada no auge do processo de industrialização do país.

Também se deve destacar o processo de constituição da cidadania vivido em cada país. Uma evidência desse aspecto pode ser encontrada nos indicadores sociais argentinos, historicamente superiores aos brasileiros. Até a década de 1970 a Argentina foi o país latino-americano que mais se aproximou do modelo europeu de «Estado de Bem-Estar Social», por conta de seu nível de vida, acesso a direitos sociais e trabalhistas, e incorporação da ampla maioria dos trabalhadores ao mercado formal. Essa condição a tornou conhecida como a «Europa da América do Sul». A partir da ditadura iniciada em 1976, e especialmente durante os anos 1990, o país passou por um processo acelerado de pauperização, cuja maior evidência foi o crescimento acelerado de sua superpopulação relativa. Isso explica o sentimento de «fracasso da nação» instalado desde então no país. No Brasil, que não passou por um processo semelhante, prevalece a lógica da «cidadania regulada»⁸⁹, dual e restrita, em que parte significativa da população se enquadra na categoria de «pré-cidadãos», inseridos em um sistema legislativo que reproduz e «sacramenta as desigualdades»⁹⁰. A «pobreza latente»

⁸⁹ Cf. Santos, Wanderley Guilherme dos; *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*; Rio de Janeiro, Campus, 1979.

⁹⁰ Cf. Telles, Vera; «Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida»; in: Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza, Ramalho, José Ricardo; *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*; São Paulo, Hucitec- CEDI/NETS, 1994.

herdada da escravidão evidencia as históricas taxas de população sobranse existente no país e segue sendo a característica que melhor define sua estrutura social e econômica⁹¹.

Em suma, o Brasil não chegou a concretizar um projeto nacional integrador que garantisse um amplo acesso à «cidadania», tal como se deu na Argentina especialmente durante o governo de Perón, entre 1946 e 1955. Não é casual que o peronismo seja reconhecido até os dias de hoje pelo sindicalismo argentino como uma experiência histórica de «dignificação» da classe trabalhadora. Como expressa a *Unión Obrera Metalúrgica* (UOM) em seu Congresso Nacional de Delegados de 1995, «O Presidente Perón logrou para o povo argentino a maravilhosa experiência de viver uma democracia com sentido social, e esta dignificação está incorporada definitivamente ao patrimônio social dos trabalhadores argentinos»⁹².

No entanto, vale a pena destacar o contexto em que o peronismo foi implantado em comparação com o varguismo. Seguindo Murmis e Portantiero⁹³, a legislação trabalhista brasileira foi outorgada em um momento em que o movimento operário não possuía uma capacidade de pressão significativa como o sindicalismo argentino, estabelecendo-se a partir de um caráter essencialmente antidemocrático e cooptativo. Sua promulgação conservou os pilares da política brasileira, constituídos a partir das noções de «pacto de elites» e «revolução para evitar a revolução», empregadas aqui no sentido do conceito de «revolução passiva» de Gramsci⁹⁴.

Valem ainda algumas palavras sobre as diferenças relacionadas à integração nacional nos dois países. Como foi explicitado neste texto, o Brasil possui uma dispersão demográfica muito mais acentuada que a Argentina, marcada pelo maior número, absoluto e relativo, de grandes

⁹¹ Os últimos aspectos destacados (grau de organização do movimento operário e sindical, processo de construção da cidadania, índice de superpopulação relativa e nível de pobreza latente) explicam consideravelmente porque o preço pago pela força de trabalho no Brasil é historicamente mais baixo do que na Argentina.

⁹² «Declaración de principios del Congreso Nacional de Delegados de la UOMRA». Congreso Nacional de la UOM. Solicitada de la UOM. Clarín, 18/12/1995, p. 48.

⁹³ Murmis e Portantiero; op. cit.

⁹⁴ Gramsci, A.; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

regiões metropolitanas. Além disso, a história brasileira é caracterizada pela diversidade de protagonismo de suas cidades. Enquanto na Argentina, Buenos Aires é o maior e mais importante município do país, além de ter sido seu centro político, desde o fim da era colonial, em 1776, quando foi nomeada capital do Vice-Reino do Rio de La Plata, o Brasil teve diferentes centros políticos e econômicos ao longo dos anos. Esses elementos trouxeram diversas conseqüências simbólicas, que condicionaram a dinâmica de formação da ideologia dos protestos sociais. No Brasil, São Paulo é a cidade mais importante economicamente, mas a capital está a cerca de mil quilômetros, em Brasília, cuja construção foi concluída em 1960, no auge da industrialização do país. A capital anterior era o Rio de Janeiro, desde o fim do século XVIII, onde a família real se instalou logo após fugir da invasão napoleônica, no início do século XIX. Durante a colonização, Salvador foi o centro político durante quase três séculos. No entanto, a Conjuração Baiana foi deflagrada em um momento em que o centro econômico já havia se deslocado para o sudeste, e a Inconfidência Mineira se constituiu no mais importante movimento independentista do país. Tiradentes, o líder da revolução fracassada, foi enforcado e decapitado em praça pública no centro de Vila Rica (atual Ouro Preto). Ao longo da história, as principais «lutas do povo brasileiro»⁹⁵ se concentraram no campo, o que ainda está presente no país, dada a persistência de uma grande população rural que tem a posse da terra como principal referência de mobilização. A formação do movimento operário e sindical brasileiro se deu em São Paulo e no Rio de Janeiro, por terem sido as propulsoras da industrialização do país.

Os processos políticos chaves para a compreensão da história argentina se desenvolveram quase exclusivamente em Buenos Aires, e muitos momentos estão condensados em um único lugar: a Praça de Maio. Aí estava o Cabildo durante a colônia, e aí está até hoje a Casa Rosada. Nessa praça se viveu da proclamação da independência ao movimento de 17 de outubro de 1945, dos atos das principais greves gerais do país aos protestos das *Madres de Plaza de Mayo*. Nesse

sentido, seu centro histórico é o palco onde se condensa a memória de séculos de luta. No Brasil, não existe uma praça com tamanha simbologia, que sintetize os principais momentos históricos do país⁹⁶.

Feitas essas considerações sobre a política e a cultura brasileira e argentina, procurarei sintetizar a seguir as principais características das tradições de luta do movimento operário e sindical das duas formações. A prática sindical no Brasil possui uma maior tendência à *fragmentação*; e na Argentina, à *centralização*. No caso argentino, o enquadramento sindical se caracteriza pela constituição de sindicatos nacionais por ramo de atividade. Ademais, verifica-se nesse país a existência duradoura de uma única central sindical, a CGT, fundada em 1930. Essa central é legalizada e incorporada à estrutura sindical oficial, sendo constituída por sindicatos nacionais nos setores estratégicos. As entidades sindicais são reconhecidas como interlocutoras legítimas nas *paritarias nacionales* (as negociações coletivas centralizadas) e possuem um canal de diálogo freqüente com o Governo Federal. Esses elementos são menos presentes na história do sindicalismo brasileiro. O enquadramento sindical no país era previamente estabelecido por lei até a Constituição de 1988, e definido pela categoria sócio-profissional com base municipal. As centrais sindicais, proibidas pela CLT, tiveram experiências curtas e descontínuas até a formação da CUT, em 1984, passando a formar parte do aparelho jurídico-sindical apenas em 2008. A convenção coletiva nacional é uma prática pouco institucionalizada e não é comum que sindicalistas sejam recebidos pelo Ministro do Trabalho ou pelo Presidente, o que esteve presente em poucos momentos, como na atuação de João Goulart e, atualmente, no governo de Lula. Na Argentina, as organizações sindicais são historicamente reconhecidas como interlocutoras legítimas pelos empresários, que convivem com instituições como as negociações paritárias e as comissões internas de base. No Brasil, em relação a este último elemento, prevalece a individualização nas relações entre os trabalhadores e as empresas, e a cultura do arbítrio patronal e do autoritarismo nas relações trabalhistas,

⁹⁵ Chiavenato, Júlio José; *As lutas do povo brasileiro: do «descobrimento» a Canudos*; São Paulo, Moderna, 1988.

⁹⁶ Em São Paulo, a Praça da Sé possui um forte significado para as lutas populares e operárias por ter sido o local por excelência de concentração das principais manifestações políticas e sindicais durante décadas.

pois a organização no local de trabalho é geralmente vista pela classe capitalista como um «abuso» do poder sindical.

Em resumo, trata-se de dois diferentes *modelos de relação da classe trabalhadora com o Estado e o poder político e econômico*, que não advém apenas da estrutura social, da formação política e do conceito de unidade nacional de cada país. Encontra-se também entre os fatores explicativos dessa questão a herança do tipo de corporativismo estatal («inclusivo» no caso argentino, «exclusivo» no caso brasileiro), de acordo com a proposta analítica de Alfred Stepan.⁹⁷ Ademais, vale ressaltar o peso histórico da população sobrance, mais acentuada na sociedade brasileira do que na argentina, que pode ser considerada a maior herança de quase quatro séculos de uso intensivo da força de trabalho escrava.

O sindicalismo brasileiro é, tradicionalmente, mais *vertical e de minorias* em relação ao argentino, mais *horizontal e de massas*. O aspecto mais visível dessa comparação está nas taxas de sindicalização, na ocorrência de greves gerais e no nível de organização no local de trabalho nos dois países. Na Argentina, o ativismo sindical de base é facilitado pelo reconhecimento legal dos delegados, que uma vez eleitos possuem estabilidade no emprego. É importante destacar também que essa é uma conquista das aspirações do próprio movimento operário a partir de sua tradição de luta no local de trabalho desde o início do século XX. Esse mecanismo constitui um dos principais incentivos à sindicalização e é um fator explicativo da alta adesão aos protestos sindicais no país. No Brasil, prevalecem ao longo da História os «sindicatos de carimbo» e os «sindicatos de porta-de-fábrica», sendo mais raro que os militantes sindicais possuam estabilidade para atuar no interior das empresas. Essa tendência possui alguns momentos de descontinuidade, como a partir dos anos 1980 com a formação da CUT, embora a própria central reconheça que passou por uma expressiva acomodação de seus sindicatos à estrutura sindical oficial, que se evidencia, entre outros fatores, pela reprodução de uma prática cupulista e distanciada da base.

Também é possível afirmar que os sindicatos no Brasil convivem

historicamente com diversas correntes ideológicas, enquanto o argentino possui há mais de meio século uma ideologia que unifica a maior parte do movimento sindical. No campo político-partidário, o anarquismo e o socialismo foram os protagonistas do sindicalismo brasileiro até os anos 30. No entanto, ao longo do século se constituíram correntes próximas ao liberalismo, ao trabalhismo nacional-populista, à social-democracia e a diversas correntes da esquerda marxista, entre as quais podemos destacar o social-cristianismo, o comunismo e o trotskismo. A aliança entre partidos e centrais no Brasil é marcada pela descontinuidade, pois não se conformou nenhum laço histórico duradouro entre uma sigla partidária e uma entidade sindical nacional até a formação do PT e da CUT nos anos 1980, já que os vínculos entre os comunistas e as CGTs foram interrompidos em suas tentativas de constituição. Vale ressaltar ainda que a doutrina social da Igreja Católica é uma das bases ideológicas fundamentais do sindicalismo brasileiro desde os anos 1950, por meio da Ação Católica Operária (ACO), e da Pastoral Operária (PO), a partir dos anos 1970. Esse grupo se formou a partir da Teologia da Libertação, setor progressista da Igreja Católica que esteve vinculado ao surgimento das oposições sindicais e dos movimentos populares nesse período⁹⁸.

Na Argentina, o sindicalismo também se fundou nas correntes socialista e anarquista, mas estas conviveram com um setor «sindicalista» que antes do advento do peronismo já apresentava um projeto político de conciliação de classes⁹⁹. Esse foi o principal aliado sindical

⁹⁸ Entre os efeitos duradouros dessa corrente no meio sindical poderia-se destacar o recorrente apelo moral ao «patrão bom e justo», «que não pensa apenas no lucro, mas também nos trabalhadores»; cf. Löwy, Michel; «Cristianismo da Libertação e marxismo»; in: Reis, D. A., Ridenti, M.; História do marxismo no Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 429. Tal como explicita Löwy, a militância católica na esquerda, fundamentada na Teologia da Libertação, ao se apropriar do repertório conceitual do marxismo e conservar elementos do cristianismo, acaba por conformar um «anticapitalismo intransigente, com forte carga moral». Mas a origem desse elemento pode estar relacionada, de maneira mais ampla, à influência cristã na «concepção popular de mundo» predominante no Brasil. Ademais, cumpre notar que no interior da militância católica se destacaram também correntes revolucionárias, que ao longo da ditadura militar participaram inclusive do movimento guerrilheiro.

⁹⁹ Embora com menor peso, essa corrente também esteve presente no Brasil do período pré-1930.

⁹⁷ Stepan; op. cit.

de Perón, tendo conformado a base do vínculo perdurável da CGT com o PJ. A partir de então, os estilos de negociação e mobilização se desenvolveram no país em torno de diferentes estratégias que, pelo menos a partir da década de 1960, pode ser resumida aos setores «classista e combativo», «confrontacionista», «participacionista» e «propositivo»¹⁰⁰, estruturais no mapa sindical do país a partir de então. No entanto, a diferença mais marcante em relação ao Brasil é que, mesmo existindo diferentes correntes internas no movimento sindical, o peronismo exerce uma função político-sindical integradora de projeto de sociedade que no caso brasileiro não encontra semelhante. Ainda que sua reivindicação seja feita a partir de diferentes matrizes, existe uma orientação ideológica amplamente majoritária no sindicalismo argentino que aponta para um projeto de desenvolvimento baseado na aliança entre capital e trabalho com mediação do Estado. Essa fórmula consagrou no setor majoritário do movimento sindical no país a figura do «empresário bem sucedido», com visão nacionalista, que difere do «patrão». Como explicitou um dirigente da UOM: «Há diferença entre o que é um empresário e o que é um patrão...»¹⁰¹. Na visão de vários sindicalistas argentinos entrevistados, o «patrão» é um tipo «aventureiro», que visa o lucro rápido e fácil, enquanto o «empresário» é o tipo empreendedor que investe a longo prazo e obtém lucros para, a partir daí, ter condições de conceder benefícios e aumentos salariais aos trabalhadores nas negociações¹⁰². É muito comum entre os dirigentes cegetistas a visão de que os industriais brasileiros possuem este perfil.

¹⁰⁰ Fernández, Arturo; *Flexibilización laboral y crisis del sindicalismo*; Buenos Aires, Espacio Editorial, 1997. O termo originalmente empregado por Fernández é «negociador» (ou vandonista, em referência ao tipo de sindicalismo defendido de Augusto Vandor). Porém, considero-o inapropriado, pois a negociação, assim como a mobilização, não pode ser considerada uma matriz da ideologia político-sindical, mas um elemento constitutivo da prática sindical. Seria mais apropriado nesse sentido a utilização de termos que busquem estabelecer uma correspondência com os diferentes estilos e prioridades dadas à negociação/mobilização pelos setores sindicais analisados.

¹⁰¹ Referindo-se ao período menemista, o entrevistado acrescentou: «nosso patrões na Argentina foram cúmplices do desastre gerado pela abertura da importação, porque não era tanto que nos metiam produtos de fora, mas que esses patrões iam buscar» (E36).

¹⁰² É comum no meio operário e sindical argentino a frase «si al patrón le va bien, a mí me va bien» («se o patrão vai bem, eu também vou»). Escutei esse jargão várias vezes nas conversas e entrevistas com os dirigentes.

Como expressou um diretor da central ao criticar a atitude empresária argentina nos anos 1990: «gostaria de ser dirigente operário de empresários como os brasileiros»¹⁰³.

A diferença histórica entre os dois países é marcada ainda por experiências muito particulares de populismo e personalismo carismático. No caso brasileiro, a continuidade do culto à figura de Getúlio foi mais frouxa, o que não pode ocultar a herança deixada pelo varguismo, sintetizada nas amarras criadas pelo sindicalismo de Estado, como estrutura jurídico-política e ideologia populista cristalizada no campo sindical. Criada a partir de um corporativismo de tipo exclusivo, o sindicalismo oficial brasileiro funciona como amortecedor da luta de classes e reproduz relações autoritárias entre o movimento operário e o poder político e econômico no país. Esse mecanismo institucional está longe de se constituir apenas como uma relação entre Estado-vitimário e Sindicatos-vítimas. O corporativismo edificado pelo varguismo possui efeitos duradouros e se reproduz ideologicamente em amplos setores sindicais. Não é casual que parte expressiva do sindicalismo brasileiro defenda a investitura, a unicidade e o imposto sindical, acomodando-se aos privilégios que esse sistema baseado no monopólio lhes concede, sem a necessidade de buscar afiliados e representar os trabalhadores no local de trabalho. A maioria das centrais brasileiras e o conjunto das entidades patronais defendem abertamente o sindicato corporativo oficial. A CUT, que nasceu sob a bandeira de combate à estrutura, mas decidiu «atuar por dentro», reconhece a acomodação em seus documentos congressuais, apesar de ter aprovado a legalização das centrais sindicais em 2008, a partir da qual as entidades nacionais passaram a se beneficiar de uma fatia importante da tão criticada arrecadação compulsória.

Na Argentina, o sindicalismo vem sendo o principal protagonista da rebelião desde o início do século XX. No Brasil, esse papel é historicamente dividido com o movimento camponês. A Argentina convive com uma forte presença de greves gerais com relativa continuidade há mais de cem anos. O Brasil apresenta um histórico de mobilizações sindicais

¹⁰³ Clarín, 19/06/1995, p. 4.

mais dispersas e descontínuas, que assumiu proporções de massa durante a década de 1950 e início dos anos 1960, e a partir do final dos anos 1970. Com a fundação da CUT, essa tendência se alterou relativamente. No entanto, com a adaptação cutista ao sindicalismo de Estado e a recente fragmentação das centrais, o movimento sindical brasileiro acentuou sua tradição de luta pulverizada e com baixo poder de convocação nacional, marcada ainda pela acomodação dos dirigentes, que reproduzem uma prática cupulista e distanciada da base.

A partir das considerações feitas nesse artigo, é possível destacar ainda outro ponto fundamental. Ao analisar a evolução do capitalismo nos dois países, observa-se que a Argentina teve um desenvolvimento «precoce» em relação ao brasileiro. No entanto, enquanto a Argentina esgotou sua capacidade de expansão capitalista em profundidade e extensão, o Brasil ainda possui uma reserva de frentes de acumulação do capital, ainda que limitadas por sua condição periférica. Ademais, é notório seu maior nível de desenvolvimento capitalista a partir dos anos 1970. Essas diferenças, em termos comparativos, expõem um paradoxo que considero fundamental: o Brasil desenvolveu o capitalismo mais intensamente, embora de modo desigual e combinado, e com um movimento operário tradicionalmente mais débil; a Argentina não alcançou o mesmo patamar de desenvolvimento, ainda que possua um melhor nível médio de vida no interior da classe trabalhadora, e um movimento sindical historicamente mais organizado, e com maior poder de convocação e mobilização.

Resumen

El presente artículo busca apuntar algunos elementos para un análisis comparativo del movimiento obrero y sindical en Brasil y en Argentina. Para la construcción de este cuadro, fueron consideradas algunas características de la estructura social de los dos países, así como de la estructura jurídica y política del estado, de la estructura sindical y de la historia de organización y lucha de la clase trabajadora. El argumento central del trabajo es que, a partir de experiencias de protestas sociales muy distintas, ambos países desarrollaron diferentes tradiciones de lucha, que pueden ser considerados como parte constitutiva de sus procesos históricos de formación de las clases y de la lucha de clases.

Abstract

This article deals with some elements for a comparative analysis of the labor movement and the trade unionism in Brazil and Argentina. For the construction of this analysis, some characteristics of the social structure of the two countries were considered, as well as the political structure of the State, the union structure and the history of organization and struggle of the working class. The central argument of the work is that, based on very different experiences of social protests, both countries developed different traditions of struggle, which can be considered as a constitutive part of their historical processes of making of the classes and the struggle of classes.